



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÍCERO DANTAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO**  
**FUNDAMENTAL-**  
**COLÉGIO MUNICIPAL JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA**  
**POLO EDUCACIONAL - VI**



# **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**Povoado Serra Grande**  
**Cícero Dantas/BA**  
**2023**

*Projeto Político Pedagógico*- Núcleo de Educação Infantil e Ensino Fundamental Colégio Municipal José  
Cândido da Silva - Polo Educacional VI



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÍCERO DANTAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO**  
**FUNDAMENTAL-**  
**COLÉGIO MUNICIPAL JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA**  
**POLO EDUCACIONAL - VI**



Projeto (re)elaborado por toda equipe escolar e segmentos comunitários: Direção, Supervisão/coordenação pedagógica, professores, auxiliares de serviços diversos, merendeiras, pais e demais membros da comunidade escolar, sob orientação da Secretaria Municipal de Educação, a coordenadora Ana Maria Andrade Barreto, com a perspectiva de viabilizar ações em consonância escola-comunidade, com o intuito de ressignificação da realidade atual da escola, onde se registram os alvos a atingir, as opções estratégicas a seguir, em função dos diagnósticos realizados dos valores definidos e das concepções teóricas escolhidas.

Povoado Serra Grande  
Cícero Dantas/BA  
2023

## **GESTÃO ADMINISTRATIVA**

### **Prefeito**

Ricardo Almeida Nunes da Silva

### **Vice-Prefeito**

Jackson Antônio Castro Almeida

### **Secretário de Educação**

Felipe Carvalho Castro

## **ESTRUTURA PROFISSIONAL DA ESCOLA**

Diretor

Coordenação Pedagógica

Docentes da Educação Infantil

Docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Docentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental

Docentes da Educação de Jovens e Adultos

Secretário(a) Escolar

Auxiliar Administrativo

Auxiliar de Apoio Geral

Auxiliar da Educação Especial

Auxiliar de Sala

Porteiro

Merendeira

Monitores

Motoristas

## Sumário

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	6
<b>2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR</b> .....	7
2.1 Identificação.....	8
2.2 Identidade Populacional Atendida .....	8
<b>3. JUSTIFICATIVA</b> .....	13
<b>4. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO</b> .....	16
4.1 História.....	16
4.2 Dados da instituição .....	17
<b>5. PRINCÍPIOS NORTEADORES</b> .....	18
5.1 Missão .....	18
5.2 Visão de futuro.....	18
5.3 Valores (princípios) .....	18
<b>6. OBJETIVOS</b> .....	20
6.1 Objetivo Geral.....	20
6.2 Objetivos Específicos.....	20
<b>7. PRESSUPOSTOS EDUCACIONAIS (TEÓRICOS METODOLÓGICOS)</b> .....	22
7.1 Função Social da Escola .....	22
7.2 Eixos Norteadores .....	22
7.3 O Trabalho Pedagógico.....	22
7.4 Metodologia .....	23
7.4.1 Pressupostos Metodológicos para Educação Infantil .....	23
7.4.2 Pressupostos Educacionais Metodológicos – Anos Iniciais.....	27
7.4.3 Pressupostos Educacionais Metodológicos - Ensino Fundamental (Anos Finais)...	35
7.4.4 Pressupostos Metodológicos Educacionais EJA ( Educação de Jovens e Adultos).42	
<b>8 CONCEPÇÕES</b> .....	49
8.1 Concepção de ensino-aprendizagem.....	49
8.2 De Mundo .....	512
8.3 De Sociedade .....	512
8.4 De Ser humano.....	52
8.5 De Educação .....	52
8.6 De currículo .....	52
8.6.1 Estrutura curricular.....	534
<b>9. DIRETRIZ AVALIATIVA PARA A REDE DE ENSINO MUNICIPAL EM CÍCERO DANTAS</b> .....	534

9.1 Educação Infantil .....	54
9.2 Ensino Fundamental .....	56
9.2.1 Considerações para as turmas do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental .....	56
9.2.2 Considerações para o 3º ao 9º ano do Ensino fundamental .....	58
9.2.3 Considerações para Educação de Jovens e Adultos (EJA) .....	60
9.2.4 Educação Especial.....	61
9.3 Conselho de Classe .....	62
9.3.1 Considerações para o Conselho de Classe, turmas de 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental regular.....	62
9.3.2 Recuperações finais.....	64
9.3.3 Considerações do Conselho de Classe Final .....	65
<b>10. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR .....</b>	<b>65</b>
10.1 Organização da Escolar e do Ensino.....	66
<b>11. ESTRUTURA FÍSICA .....</b>	<b>66</b>
<b>12. PROPOSTA CURRICULAR.....</b>	<b>68</b>
<b>13. CONVIVÊNCIA NA ESCOLA.....</b>	<b>68</b>
<b>14. IMPLEMENTAÇÕES .....</b>	<b>69</b>
<b>15. AVALIAÇÃO DO PPP .....</b>	<b>69</b>
<b>PLANO DE AÇÃO .....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>74</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

Com base nas finalidades previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, o Colégio Municipal José Cândido da Silva, espera que todo aluno construa uma aprendizagem significativa para sua vida ao longo do percurso escolar: que saiba mais sobre si e sobre o meio físico e social; pense a respeito da realidade que o cerca; consiga discernir no ambiente em que vive, o justo do inaceitável, agindo de maneira coerente e consequente.

Dessa forma o nosso Projeto Político-Pedagógico (PPP), além de ser uma exigência legal, expressa na lei supracitada de 20 de dezembro de 1996, permite a revelação da identidade da instituição, de suas concepções e aspirações. Define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, e político da escola, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e sua Proposta Pedagógica, documentos balizadores das ações educativas.

Apesar de se constituir enquanto exigência normativa, o Projeto Político Pedagógico é antes de tudo um instrumento ideológico e político, que visa, sobretudo, a gestão dos resultados de aprendizagem, através da projeção, da organização, e acompanhamento de todo o universo escolar, visando atender as necessidades básicas de cada educando para que este consiga desenvolver-se no ambiente de forma significativa satisfatória.

Este documento que faz parte da realidade escolar é fruto da interação entre objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, se propõe as e rum instrumento que coloca através da reflexão, das ações e das avaliações de todos os envolvidos pela sua elaboração: professores, coordenação pedagógica, direção, pais ou responsáveis, alunos e toda comunidade inserida, com subsídios através dos teóricos (mencionados) e a legislação pertinente.

Concebemos o Projeto Político Pedagógico como eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida na escola, é uma proposta de trabalho coletivo, que busca encontrar respostas para questões importantes da escola; como é o seu papel; as dificuldades e alternativas possíveis. É o momento que a escola busca se reorganizar tendo em vista as condições necessárias para que a sua função social seja cumprida.

A escola, lugar em que ocorre a aprendizagem de forma “sistemática” em seu histórico de ação, estabelece uma correlação em que as pessoas envolvidas interagem, sentem-se importantes, principalmente quando promovem as práticas sociais através da leitura e da escrita, desencadeando dessa forma sentimentos que geram uma onda que arrebanha as pessoas em torno de objetivos comuns no tempo e no espaço social em que vivem.

O PPP desta instituição foi construído através de discussões, reuniões, entrevista e pesquisas com questionários para levantamento de dados que levaram em conta a realidade que circunda a escola e as famílias de nossos alunos, pois, certamente, a realidade social dos alunos afeta a sua vida escolar, e os dados levantados devem contribuir para orientar todo o organismo escolar para os fins de tratar tais indícios com a devida relevância, transformando-os em currículo, objeto de planejamento e potencial de aprendizagem.

É necessário ressaltar que este projeto é passível de análise e discussão constantes, que por si só permite reformulações de acordo com as necessidades históricas e as mudanças conceituais de correntes de estudos e pesquisas e de alteração de concepções da própria sociedade, caracterizando-se como um processo em permanente construção, pois temos a clareza que a melhoria da educação na escola só pode acontecer a partir de um projeto pensado, elaborado, assumido e executado com a participação e a vontade coletiva.

Por outro lado, o espírito da modernidade não poderá ficar à margem do mundo que desejamos formar, conhecer e transformar, assim, a escola deve acompanhar e se atualizar em relação às novas tecnologias que a rodeia, não para substituir as ações, mas para proporcionar sua própria missão, para projetar de forma consciente a formação do cidadão.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR**

### **2.1 Identificação**

O Colégio Municipal José Cândido da Silva- Polo Educacional VI está localizado no Povoado Serra Grande s/n, Cícero Dantas – BA, tem como mantenedor a Prefeitura Municipal de Cícero Dantas e administrado pela Secretaria Municipal da Educação.

O sistema de transporte é oferecido gratuitamente aos alunos. No que se refere ao saneamento básico faz-se abastecimento de água fornecido pela Embasa. Em relação aos serviços de saúde, quando necessário, a escola está pronta para conduzir ao hospital municipal

*Projeto Político Pedagógico*- Núcleo de Educação Infantil e Ensino Fundamental Colégio Municipal José Cândido da Silva - Polo Educacional VI

aqueles que necessitem de atendimento médico.

O currículo de ensino está organizado para clientela de alunos a partir da Educação Infantil às séries finais do Ensino Fundamental, bem como para Educação de Jovens e Adultos.

Ressalta-se, a alteração no parágrafo 3º do artigo 87 da Lei 9.394/96, escrito na íntegra:

I- matricular todos os educandos a partir dos cinco anos de idade no Ensino Fundamental [...].

A segunda altera os artigos 32 e 87 da Lei 9394/96, que passou a ter seguinte redação:

Artigo 32. O Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 anos gratuito na escola pública, iniciando-se aos cinco anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante [...]

Artigo 87. [...]

§ 2º O Poder Público deverá recensear os educandos no Ensino Fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesesseis) anos de idade.

§ 3º I - Matricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental;

Sendo conhecedores dessas alterações, nossa escola trabalhará levando em conta o 1º Ano do Ensino Fundamental, matriculando os alunos, seguindo as normas CME- Conselho Municipal de Educação, sabendo que para haver essa transição exige-se tratamento político, administrativo e pedagógico, uma vez que o objetivo de um maior número de anos de ensino obrigatório é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem, considerando o que o documento do Ensino Fundamental de nove anos: orientação para inclusão da criança de seis anos de idade, afirma na sua introdução.

## **2.2 Identidade Populacional Atendida**

O Povoado Serra Grande está localizado a 12km de Cícero Dantas-BA. Teve origem a partir de uma fazenda, cujos moradores foram os senhores João Cruz e Pedro de Paulinha, os quais habitavam casas simples, feitas de taipas. Relata-se que os mesmos sentiram a necessidade de se agrupar devido à passagem de Lampião e seu bando de cangaceiros em 1937, quando o cangaço era um dos movimentos sociais em destaque no Nordeste brasileiro. Lampião causava medo a toda população, motivo pelo qual os moradores das famílias Cândido, Cardoso e Maroto começaram a construir as casas ao redor da fazenda que mais tarde se tornaria um povoado. O povoado recebeu o nome Serra Grande devido ao relevo da região na qual dominamos planaltos (serras). Possui uma rica cultura, com as tradições religiosas, tendo como Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo

*Projeto Político Pedagógico*- Núcleo de Educação Infantil e Ensino Fundamental Colégio Municipal José Cândido da Silva - Polo Educacional VI

Socorro, onde os festejos são realizados no mês de dezembro além de contar com as tradições juninas e cavalgadas que são frequentes na comunidade.

No ano de 1950, foi fundado um prédio escolar na gestão do prefeito Abelardo Vieira, com apenas duas salas de aula e um banheiro simples. A escola recebeu o nome de Pio XII em homenagem ao papa. Em 1986 a escola foi ampliada, na gestão do prefeito Fernando Andrade e teve o nome mudado para Colégio José Cândido da Silva em homenagem a um dos fundadores do lugar, e passou a ofertar também os Anos Finais do Ensino Fundamental (antigo ginásio).

Atualmente, o colégio recebe alunos da comunidade local e, também de comunidades vizinhas que atendendo desde a Educação Infantil até o Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Estima-se que o contingente populacional do povoado no ano de 2023 é de aproximadamente 900 habitantes. A escola atende a alunos com uma grande diversidade cultural e social, residentes na área rural, cujos pais trabalham na lavoura como pequenos e médios agricultores. Desde sua origem, a economia de Serra Grande está ligada as atividades agropecuárias, possui grande destaque na produção de grãos, como milho e feijão.

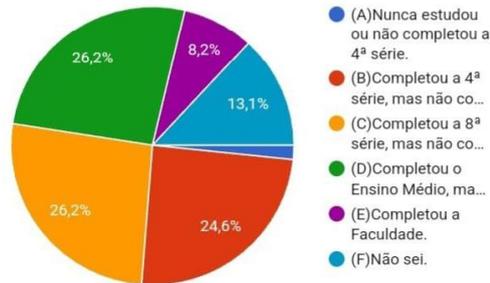
Em pesquisa realizada em 2023 através de questionário virtual no *Google Forms*, obtivemos a participação de 90% de resposta da comunidade escolar, aproximadamente setenta e seis famílias. Foi possível observar que 24,6% dessas possui o Ensino Fundamental completo; 68,9% dos alunos se consideram da cor parda; 47,5% das famílias são compostas por até quatro membros; 68,9% contam com veículos (carro ou moto); 8,2% possuem computador com acesso à internet. A maioria utiliza o aparelho celular como meio de comunicação; a maioria também utiliza transporte escolar e é beneficiada pelo programa Bolsa Família.

Em síntese, a instituição de ensino tem como meta, o incentivo a participação da comunidade em favor de programas e projetos culturais, buscando a expansão das atividades culturais, suas convicções e esperanças em fazer possível uma educação inovadora, humanizada, responsável e comprometida com um mundo mais seguro e melhor para se viver.

Abaixo os gráficos:

**Até que série sua mãe ou a mulher responsável por você estudou?**

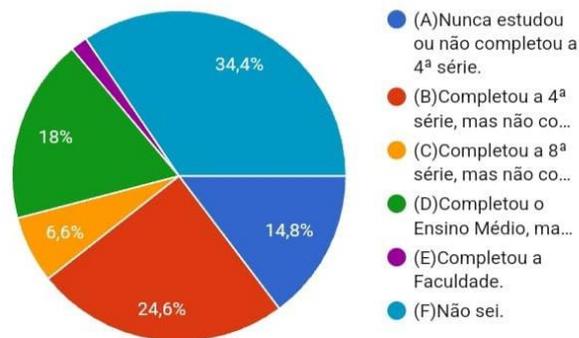
61 respostas



**FONTE:** Questionário do aluno, março de 2023  
<https://forms.gle/7bzyncuN6hzMzktH9>

**Até que série seu pai ou o homem responsável por você estudou?**

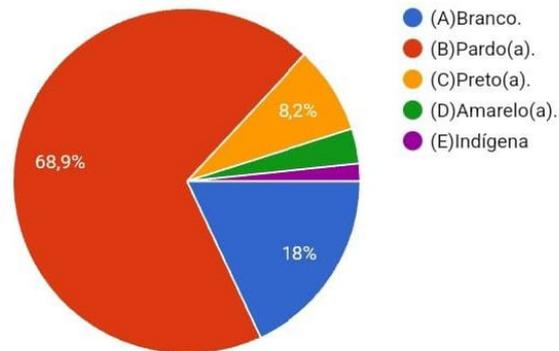
61 respostas



**FONTE:** Questionário do aluno março/2023  
<https://forms.gle/7bzyncuN6hzMzktH9>

### Como você se considera?

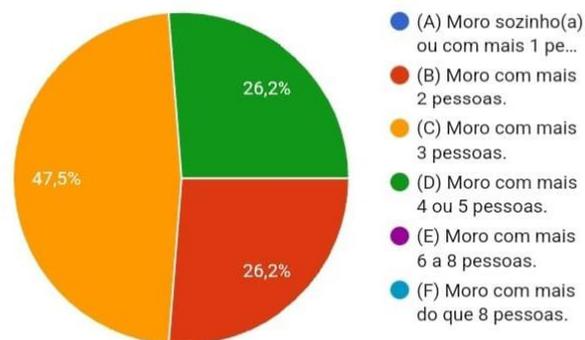
61 respostas



Fonte: Questionário do aluno, março de 2023  
<https://forms.gle/7bzyncun6hzmzkth9>

### Quantas pessoas moram com você?

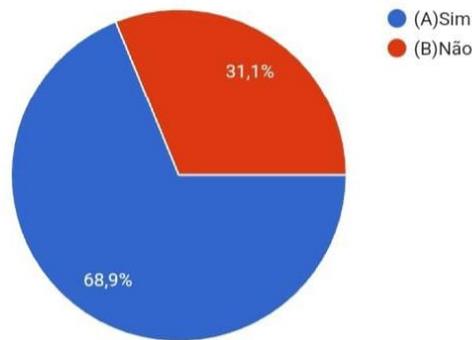
61 respostas



Fonte: Questionário do aluno, março de 2023  
<https://forms.gle/7bzyncun6hzmzkth9>

**Na sua casa tem veículo?  
(carro, moto)?**

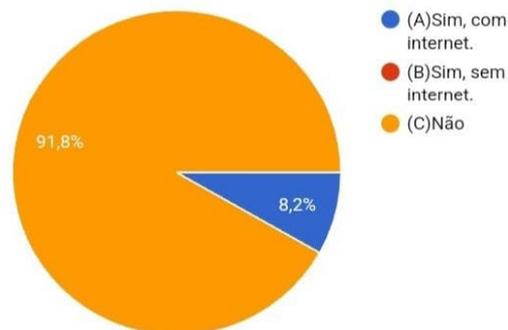
61 respostas



**FONTE: Questionário do aluno, março/2023**  
<https://forms.gle/7bzyncuN6hzMzktH9>

**Na sua casa tem um  
computador?**

61 respostas



**FONTE: Questionário do aluno, março/2023**  
<https://forms.gle/7bzyncuN6hzMzktH9>

Quanto às construções públicas, privadas de uso público e à prestação de serviços à comunidade conta com:

- Uma creche comunitária;
- Um posto médico;
- A Escola Municipal José Cândido da Silva;
- Uma quadra esportiva;
- Uma igreja católica e três igrejas evangélicas;
- Um cemitério;
- Distribuição de energia elétrica;
- Serviço de telefonia fixa e telefones públicos;
- Serviço de internet via cabo e fibra óptica;
- Lojas de roupas variedades;
- Um frigorífico;
- Duas lanchonetes;
- Transporte coletivo nos itinerário Serra Grande, Sede do município;
- Dois supermercados;
- Quatro bares;
- Academia da Saúde.

### **3. JUSTIFICATIVA**

O Projeto Político Pedagógico tem a finalidade de traçar as ações administrativas e o trabalho pedagógico do Colégio Municipal José Cândido da Silva, bem como permitir um olhar mais criterioso sobre nossa realidade educativa como um todo, a fim de buscar estratégias para alcançar uma escola que “forme” de maneira integral.

Sabendo que a educação é a base fundamental na formação da cidadania, caracterizando os valores da sociedade em que nossa escola está inserida e na busca de caminhos para as mudanças da realidade política social e educacional desta unidade escolar, é que nos propusemos a elaborar este Projeto, que visa integrar a comunidade escolar e local num processo educativo contínuo, de forma cooperativa e participativa

dentro dos princípios da gestão democrática.

Observamos que o cenário da escola hoje é diferente, os desafios pós-pandemia, entre eles: déficit de aprendizagem e o fator motivacional dos estudantes que é essencial para o seu desempenho estão ainda mais evidentes. Assim, a escola é impulsionada a buscar recompor e acelerar os processos de ensino e aprendizagem, bem como destinar um olhar diferenciado para a saúde mental como parte fundamental; para isso deve-se intensificar o trabalho com as competências socioemocionais da BNCC, visando a dimensão comportamental e relacional dos alunos.

Estamos diante de uma nova geração de crianças e adolescentes. Sendo assim, a escola precisa rever novas formas de diálogo, onde a forma de ensinar precisa ser repensada. O professor precisa encontrar maneiras de criar mediações com os alunos, desafio que é cognitivo, afetivo e social. Outro aspecto desafiador é a escola continuar a ter centralidade ao fomentar as aprendizagens significativas. Ela não pode ser mais uma fonte de informação, mas um espaço que o estudante formule o conhecimento que tem disponível.

Como agente de transformação social, a escola precisa ser um lugar que ensine o sujeito a desenvolver percepções de mundo, por meio de diálogos, questionamentos e respeito ao próximo. É necessário levá-lo a compreender quais são as suas responsabilidades, direitos e deveres com a sociedade e ter autonomia para executá-la. Precisamos formar alunos que, pense antes de agir, que seja resiliente, empático e que tenha senso crítico em relação as redes sociais, para saber identificar uma informação de qualidade daquelas que não são.

Superar tais desafios presuppõe comprometimento de todos os envolvidos no processo educacional.

A escola apresenta condições físicas satisfatórias para funcionamento, como piso adequado, banheiros que dispõem de chuveiro e descarga, telhado em boas condições, sala da secretária, de direção, coordenação e sala dos professores, arquivo e depósito para armazenamento da merenda, cozinha, almoxarifado, sala de estudos, um pátio e área de lazer para os alunos, porém a escola sofre de escassez de água nos períodos de estiagem, pois a comunidade fica situada no semiárido baiano e mais especificamente no topo de uma serra, o que ocasiona muita falta de água o que gera dificuldades para manutenção de uso e limpeza da instituição escolar.

Em relação a materiais, ultimamente ela vem sendo contemplada com recursos de ultima geração, que são as smart tvs integradas com um sistema de internet cabeada em

todas as salas, novos bebedouros e mobílias específicas para a demanda do público da educação infantil.

Deste modo, além dos recursos físicos, a escola possui de funcionários suficientes para limpeza da mesma e para a realização de merenda. A escola também conta dois porteiros para os dois turnos (manhã e tarde) e funcionários suficientes para gerir a secretária e dar conta das tarefas como: declarações, transferências, histórico, lançamentos de notas, acompanhamento de cadernetas, registro de matrículas, atas e entre outros.

O quadro de professores de um modo geral é satisfatório, mas é necessário que haja cursos de formação continuada para possibilitar aos docentes a aquisição de conhecimentos específicos da profissão, se tornando mais capacitados a atender as exigências impostas pela sociedade, exigências estas que se modificaram após a pandemia, tendo então o educador que estar constantemente atualizado. Há também formação para a direção e coordenação, pois a cada dia surgem novas resoluções, portarias sobre a educação no país tornando-se imprescindível estar atentos a estas necessidades.

Em relação aos níveis de aprendizagem dos estudantes, percebe-se que principalmente no contexto pós pandemia, alguns deles estão com déficit de aprendizagem para o ano ao qual estão matriculados, especialmente no que concerne à leitura e escrita, alguns por sua vez, ainda precisarão ser alfabetizados. Para tanto, a escola buscará por meios diferenciados, através de uma visão holística, com aulas em turno oposto, reforço escolar, realização de oficinas, com profissionais qualificados, e assim realizar a alfabetização desses estudantes de forma integral.

No que diz respeito à inclusão e diversidade, entende-se que a escola assume, institucionalmente, o papel de expressão máxima da fruição do direito a educação, e essa por sua vez, precisa ser um espaço que acolha e compreenda as diferenças, psicossociais, culturais, econômicas, dentre outras. O acesso a uma educação inclusiva é direito de todos e, para termos espaços educacionais inclusivos, os profissionais precisam estar preparados para receber os estudantes com deficiência e que compreendam quais são as melhores estratégias para trazer possibilidades ao aprendizado desses protagonistas.

Nessa perspectiva, o desafio é a promoção de um ambiente escolar que promova a inclusão, de forma efetiva. Isto significa assegurar o atendimento às necessidades básicas de desenvolvimento sócio-afetivo, físico, intelectual e, ao mesmo tempo, garantir o avanço na construção do conhecimento, mediante estratégias metodológicas adequadas

aos estudantes. Para tanto, a escola terá como estratégia, um projeto estruturante tendo como eixo principal o tema **Diversidade e inclusão**, além do trabalho desenvolvido em sala de aula no decorrer do ano letivo, acerca das temáticas e situações que versam sobre a referida temática. Para isso, será necessária a atuação em conjunto da direção, coordenação, equipe docente e a participação mais ativa da família no seio escolar.

## **4. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

### **4.1 História**

Ao pesquisar a história da educação na localidade, revelou-se que os primeiros espaços escolares funcionaram nas casas dos senhores José Miguel, Zifinha de Chico, João Antônio. Atuaram como primeiros mestres, nessas “escolas”: Vitor, professora Glorinha, Gracinha, Valdete e Isaura. Todos esses professores utilizavam método tradicional de ensino, que faziam o aluno a ler, escrever e dominar as quatro operações fundamentais. Nessa época, o ensino era muito rígido, os castigos eram frequentes. Era comum utilizar algumas brincadeiras, poesias, dramas que auxiliava no ensino. Os mestres foram muito bem escolhidos pela população do povoado.

Em 1950, na gestão do prefeito Abelardo Vieira foi construído o prédio escolar, com duas salas de aula e um sanitário, a escola recebeu o nome de Pio XII em homenagem ao Papa. Após a fundação de grupo escolar, atuou como professora pública Isaura que deixou fama pelo talento e sabedoria no desenvolvimento do seu trabalho, na difícil formação dos alunos de 1ª à 4ª série. Em sequência vieram as professoras: Melânia, Dona Cotinha, Perpétua, Gilvanda, Erinéia e Maria do Carmo, que construiu um novo espaço de aprendizagem para os alunos.

Ao longo do tempo a escola apresentou grande diferença em espaço físico e estrutural. Foram construídas mais quatro salas de aula, secretaria, cantina, sanitário e uma bela quadra esportiva. A mesma era toda murada, oferecia maior segurança aos alunos e professores. Quanto aos cursos ofertava-se da Educação Infantil à 8ª série do Ensino Fundamental. Após a reforma da escola, recebeu o nome de José Cândido da Silva em homenagem a um dos fundadores do lugar e doador do terreno ao qual foi construída na época.

Essa escola funcionou também como colégio municipal, com início em 1986, na 2ª gestão do prefeito Fernando Andrade, tendo como diretora geral D. Lourdes que deu início às primeiras matrículas da 5ª série, com a colaboração da professora Geovanita que na época foi nomeada diretora do colégio, mas por motivo superior passou a direção à professora Maria José.

A escola já serviu como anexo do Colégio Monsenhor Galvão em meados dos anos 90 e 2000, depois retornou a ser chamada de José Cândido da Silva, com o diretor Ricardo Bonfim, ainda no cargo, atualmente.

Em 2017, foi construída uma nova escola, padrão FNDE inaugurada na gestão do prefeito Ricardo Almeida recebendo o mesmo nome: Escola Municipal José Cândido da Silva, localizada na Rua do Campo, que contém 6 salas de aula, secretaria, diretoria, biblioteca, sala de professores, cozinha, cantina, banheiros, almoxarifados, sala de informática e pátio. Hoje não existe mais o antigo colégio, que foi demolido no ano de 2018 por não oferecer mais segurança estrutural, dando lugar a uma academia de saúde.

Atualmente, existe uma sala de estudo contendo diversos volumes de gêneros literários da história da humanidade, revistas infantis e uma série de livros do Ensino Fundamental, com objetivo de oferecer ao educando facilidade em pesquisas e acesso à leitura. Na época que a maior parte desses livros foram adquiridos, as professoras: Ivonilde e Geovanita ficaram responsáveis pelo cuidado desse patrimônio, elas já atuavam na escola há 23 anos.

#### **4.2 Dados da instituição**

**NOME:** NEIEF Colégio Municipal José Cândido da Silva – Polo Educacional VI

**ENDEREÇO:** Rua do campo, s/n - Povoado Serra Grande - CEP:48410-000

Zona Rural

**Ato de criação:** Lei nº017/2002 de 26/2002

**CNPJ:** 07356243/0001-06

**Resolução do CME:** nº 223/2003

**Parecer CME:** nº 331/2003

**DOM:** 24/03/2004

**INEP:**29127831

**E-MAIL:** [escolajosecandido@hotmail.com](mailto:escolajosecandido@hotmail.com)

**DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA:** Municipal

**NÍVEL DE ENSINO:** Educação Básica

**MODALIDADES DE ENSINO OFERECIDAS PELA INSTITUIÇÃO:**

Creche – Educação Infantil; Ensino Fundamental (anos iniciais) Ensino Fundamental ( anos finais); Educação de Jovens e Adultos ( EJA)

## 5. PRINCIPIOS NORTEADORES

No Colégio Municipal José Cândido Silva há uma educação voltada à preparação do estudante para a diversidade social e suas contradições, dando-lhes condições de adquirir conteúdos, de socialização e de participação organizada e ativa na democratização da sociedade. Desta forma, para atingir os princípios norteadores do referido Projeto Político Pedagógico o estudo das diversas áreas do conhecimento tem como significado criar, refletir, construir, aprender, participar, expressar, conversar e, acima de tudo, respeitar e seguir a missão, visão e os valores aqui elencados.

### 5.1 Missão

Oferecer uma educação baseada em valores, propiciar condições para uma aprendizagem significativa, buscar ser uma entidade comprometida com a transformação de vidas dos alunos em situação de vulnerabilidade social, através do empoderamento, educação e do apoio socioemocional para a realização de um projeto de vida, que lhes possibilitem transformar o meio social da sua comunidade, com visão global.

### 5.2 Visão de futuro

Na perspectiva de construir uma escola eficaz, o Colégio Municipal José Cândido da Silva, projeta uma escola capaz de realizar com êxito seu papel social, promovendo a formação de alunos que prezem pelos valores éticos, morais e compromisso com as demandas sociais da atualidade, respeitando as variedades de raça, crença, gênero e/ou ideologia política. Neste sentido, a família deve ser a base nesse processo e junto com a escola promover uma educação de qualidade e o alcance da cidadania plena, com consciência de direitos e deveres.

### 5.3 Valores (princípios)

- *A família* - como base fundamental para a formação do sujeito/autor social;
- O respeito aos aspectos individuais de cada pessoa;
- O afeto como medida de acolhimento da criança e incentivo ao gosto pela construção do saber;
- Morais, éticos e sociais, priorizando a participação da família no processo pedagógico;
- *A justiça* – na relação de igualdade e equidade;

- *A ética* – por decisão livre e consciente, favorecer as condições de uma vida desejável para todos, pautada na possibilidade de realização individual e coletiva ao mesmo tempo;
- *A estética* – valorizando as belezas naturais e preservando-as, criando ambientes acolhedores: organizados limpos, harmoniosos; valorizando as produções artísticas em suas diferentes modalidades, entendendo que a sensibilidade complementa a racionalidade; valorizando cidades planejadas, esteticamente pensadas, com espaços que tragam bem estar e qualidade de vida;
- *A liberdade*- como pressuposto do desenvolvimento humano relacionando-a à responsabilidade; mantendo a relação indissociável entre o indivíduo e o outro;
- *A democracia* – para que haja compatibilidade entre as liberdades individuais e a organização social pautada no bem comum; com um sistema de representação política e um modelo de exercício de poder menos centralizador; como conceito de hierarquia e autoridade legitimado; estimulando a participação comprometida e responsável;
- *A paz* – entendendo que os conflitos são inerentes ao desenvolvimento humano e à vida social e são fontes de crescimento, mas que as diferenças não devam ser resolvidas com a violência, mas com respeito, tolerância, diálogo e ações coerentes e à solução dos conflitos.

Baseados nesses princípios aqui citados, Escola e Família devem caminhar juntos, como parceiros para a busca da equidade na educação.

O fato de a família encaminhar seus filhos à escola, não a exime de sua função principal de educadora. Através da escola, a família participa mais ampla e extensamente, não só nos problemas de seus próprios filhos, mas também nos dos outros.

Atualmente muitos autores discutem a existência ou a finalidade da escola. Entretanto, todos eles estão de acordo em que seja necessário que haja alguma forma de educação sistemática. Com isso, acreditamos e vemos a escola como uma possibilidade de participação, socialização, desenvolvimento, integração, aquisição e aprofundamento do conhecimento nos diversos ramos do saber humano, bem como a preparação de novos membros para viver e se integrar na comunidade, para enriquecê-la e transformá-la, tornando-a cada vez melhor e mais humana.

Esperamos também, criar na escola um ambiente de discussão onde os educandos podem tomar consciência de suas aspirações e valores mais íntimos e mais legítimos, tomando decisões mais esclarecidas sobre sua vida, a partir de aprendizagens significativas. Nossa escola pretende representar uma espécie de “consciência ativa” da própria comunidade, para alertá-la

quanto aos seus valores, problemas e possibilidades, preparando seus elementos para que sejam membros renovadores e criativos nessa mesma sociedade.

Tal atuação lhe dará mais força e consistência, porque os cidadãos assumirão com muito maior convicção e empenho os objetivos de sua comunidade, que se identificam com os objetivos das pessoas integrantes da sociedade. Antes de qualquer coisa, a escola tem de conhecer o ambiente de onde provêm os alunos, para poder tratá-los de acordo com suas peculiaridades e características, não lhes oferecendo uma educação inadequada.

Concluimos, portanto, que a escola tem muito para oferecer, contanto que se prontifique a sair de seu isolamento e a considerar-se de fato um agente social da educação, uma colaboradora na tarefa vigente da educação das novas gerações. “Ainda que não mude o mundo, a escola pode ajudar o estudante a melhor entender como o mundo opera, o que é condição indispensável para se operar nesse mundo” (MOREIRA).

## **6. OBJETIVOS**

### **6.1 Objetivo Geral**

Promover uma educação inovadora através de práticas pedagógicas que oportunize uma aprendizagem significativa, ao mesmo tempo, que seja capaz de ser uma instituição que ofereça uma educação emancipadora, voltada para o protagonismo do sujeito.

### **6.2 Objetivos Específicos**

- Prezar pelo acesso e a permanência de crianças e adolescentes à escolarização;
- Oferecer à comunidade um ensino de qualidade que contribua para o desenvolvimento da autonomia responsável, do senso crítico e da criatividade para o exercício da cidadania;
- Possibilitar ao aluno a compreensão da realidade em que está inserido, participando da vida em sociedade nas suas dimensões sociais, políticas e culturais, assegurando a formação indispensável para o exercício da cidadania e consequente participação em uma sociedade democrática;
- Orientar o sujeito para construir seu projeto de vida de forma responsável durante o seu percurso formativo;

- Proporcionar aos estudantes instrumentos para a aprendizagem de valores e conhecimentos por meio de estimulação frequente;
- Oportunizar situações de ensino para que os estudantes possam se apropriar dos conhecimentos previstos no currículo escolar, através do desenvolvimento de competências e habilidades para que possam fazer uso desses conhecimentos em seu contexto social cotidiano;
- Buscar a participação e integração escola-família e comunidade, através de reuniões, palestras e eventos;
- Cumprir a primeira etapa que é alfabetizar Jovens e Adultos que por diversas razões não puderam ter acesso a escola regular, vivendo às margens da sociedade em função do analfabetismo;
- Ir além do processo de alfabetização, ao potencializar habilidades e competências dos sujeitos de aprendizagem para o mercado de trabalho e um mundo em transformação.

## **METAS**

- Melhorar o índice de aprendizagem dos alunos em todas as disciplinas;
- Diagnosticar pontos fortes e frágeis da escola para tentar melhorar;
- Aumentar o índice de aprovação, diminuir o índice de evasão e reprovações escolares;
- Socialização do PPP e do Regimento Interno com pelo menos 55% da comunidade escolar;
- Diminuir a evasão dos alunos até o final do ano letivo;
- Tornar o ambiente escolar mais atrativo:
- Ampliar o acervo bibliográfico;
- Rever práticas pedagógicas de ensino aprendizagem;
- Aquisição de materiais e acervos didático-pedagógico;
- Fornecer instrumentos necessários para os alunos não alfabetizados adquirirem o domínio necessário das competências leitoras;
- Diminuir o índice de indisciplina;
- Aprimorar as metodologias de ensino e avaliação;
- Elevar o Ideb/Saeb nos anos iniciais para 5,8 e nos anos finais para 5,2;
- Articular momentos de interação entre as famílias para que

compreendam o papel de cada um na educação e no ensino dos estudantes;

## **7. PRESSUPOSTOS EDUCACIONAIS (TEÓRICOS METODOLÓGICOS)**

### **7.1 Função Social da Escola**

Promover, ao estudante, acesso ao conhecimento sistematizado e, a partir deste, a produção de novos conhecimentos. Preocupar-se com a formação de um cidadão consciente e participativo na sociedade em que está inserido.

### **7.2 Eixos Norteadores**

- Aprender a aprender;
- Valores: respeito, solidariedade, disciplina, coletividade;
- Trabalho unificado – coletivo;
- Criar para humanizar; ✓ Compromisso.

### **7.3 O Trabalho Pedagógico**

Para refletir sobre a função social desta unidade escolar, os grupos de docentes concluíram que é necessário um *repensar* a organização político-pedagógica que permita:

- Trabalhar valores culturais, morais e físicos;
- Integrar elementos da vida social aos conteúdos trabalhados;
- Compreender este estudante como um cidadão que deve ser um agente transformador da sociedade, além de crítico, responsável e participante.

A escola deve ser crítica, reflexiva e possibilitar a toda a comunidade um projeto político pedagógico consolidado pela colaboração mútua e o exercício da construção coletiva desencadeando experiências inovadoras que estão acontecendo na escola. Projeto esse que ultrapassa o planejamento escrito, uma exigência burocrática a ser seguida. De acordo com Veiga:

O Projeto Político Pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

(...) Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as

características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (Veiga, 1995).

A comunidade escolar repensa constantemente o seu papel pedagógico e sua função social, para tanto, se faz necessário refletir sobre a escola que temos, se voltada para os interesses políticos, se discriminadora e produtora de mecanismos de controle que impedem que os nossos estudantes consigam enfrentar em condições de igualdade ou como melhor enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Para que a escola cumpra a sua função social será necessário:

- Integração e participação da comunidade escolar;
- Os segmentos da escola devem estar plenamente voltados à completa valorização do educando;
- Cursos de formação e qualificação dos profissionais da educação;
- Criação e reorganização do espaço físico;
- Material didático e outros que facilitem o trabalho do docente;
- Número de estudantes/as em sala de aula condizente com a metragem do ambiente;
- Recursos humanos, pedagógicos e financeiros;
- Cobrança de regras de convivência em grupo;
- Política que estabeleça docentes efetivos;
- Restabelecimento da motivação e credibilidade dos docentes.

## 7.4 Metodologia

### 7.4.1 Pressupostos Metodológicos para Educação Infantil

O trabalho pedagógico na Educação Infantil do município de Cicero Dantas-BA, parte da Teoria **Sócio Interacionista Construtivista Integral**, tendo como base o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular.

O Referencial Curricular Nacional (RCN) surgiu como o primeiro norteador das práticas pedagógicas da Educação Infantil, mudando o olhar de apenas “cuidar,” para o cuidar e o educar. Representa o marco das primeiras mudanças significativas para a Educação Infantil.

Segundo o RCN (1999) vários olhares foram construídos sobre a criança, que passou a ser vista como um ser social, psicológico e histórico. Nessa visão, muitos teóricos comungam

com o pensamento de uma criança ativa, construtora do conhecimento e capaz de aprender através das relações afetivas e sociais. Dentre eles destacamos três que nortearão a nossa prática pedagógica na Educação Infantil: Vygotsky, Piaget e Wallon, associados ao método de Maria Montessori.

Para Lev Semenovick Vygotsky (1988), a construção do conhecimento se dá de acordo com o ambiente histórico e social, um ir e vir constante do nível real (zona de desenvolvimento proximal-ZDP): a criança consegue realizar com autonomia para o nível de conhecimento potencial (Zona de Desenvolvimento Potencial- ZDP), o que o sujeito tem possibilidade de aprender, mas precisa de mediação. Assim, o autor defende o fato de as crianças aprenderem através das interações sociais.

Em “As Leis do Equilíbrio”, Piaget aponta que para a aprendizagem acontecer é preciso o desequilíbrio, algumas incertezas para assimilar novas informações, formulando hipóteses sobre elas, surgindo então, a acomodação e o reequilíbrio. O autor defende a ideia de que aprendizagem se dá de acordo com os estágios de desenvolvimento: **sensório-motor** (0 a 2 anos), quando se inicia o desenvolvimento das coordenações motoras; **pré-operatório** (2 a 7 anos) fase do pensamento egocêntrico e do desenvolvimento da linguagem; **operações concretas** (7 a 12 anos), a fase do pensamento concreto e das acomodações e **operações formais** (12 anos em diante.), a fase do pensamento abstrato e das hipóteses.

Na Educação Infantil é essencial considerar os dois primeiros estágios (sensório-motor e pré-operatório) fase fundamental, devendo respeitar-se o ritmo e o nível cognitivo de cada criança.

Para Wallon, a afetividade está presente em todos os momentos, movimentos e circunstâncias de nossas ações como ato motor e na cognição, ele defende a psicogênese da pessoa completa, ou seja, o desenvolvimento integral da criança nos aspectos cognitivo, social e afetivo. Para o autor, a aprendizagem real só acontece quando enxergamos a criança em todos os seus aspectos. Assim, uma concepção de metodologia que considere e respeite o fazer humano deve ter a característica da construção e transformação contínua procurando, permanente evolução.

De acordo Fontenele e Silva (2012), a pedagoga Maria Montessori revolucionou o ensino, desenvolvendo uma metodologia que ficou conhecida mundialmente como Método Montessori que consiste num conjunto de teorias, pesquisas, observações, experiências e materiais didáticos idealizados pela educadora. As práticas pedagógicas, inicialmente, foram aplicadas em prol das crianças com necessidades especiais que estavam esquecidas pela sociedade, posteriormente aplicou-se a todas as crianças. A metodologia de ensino elaborada

pela médica vê a criança como um papel importante no processo de aprendizagem, cada um tem o próprio ritmo para aprender de acordo com as necessidades específicas, para tanto deve-se cotar com um ambiente preparado que atenda as especificidades dos sujeitos, contribuindo para o pleno desenvolvimento psicológico, social e cognitivo, transformando de forma efetiva a vida das crianças.

Em suma, a metodologia de ensino tem como centralidade proporcionar o desenvolvimento dos alunos desde o nascimento. Pensando nisso, a educadora promoveu atividades que favorecessem o movimento, explorando o ambiente através do toque, possibilitando reconhecer e compreender o mundo através das mãos, utilizando-se de objetos de diferentes tamanhos, cores, formas, textura, cheiro e outras sensações.

Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais (2009) apresentam um olhar mais amplo sobre a proposta de trabalho com as crianças da Educação Infantil, trazendo os eixos estruturantes, através de **brincadeiras e interações** como fundamentos para o processo de aprendizagem. Elas projetaram uma base comum e obrigatória no ponto de vista das orientações e da organização das escolas. Antecede o início da proposta da BNCC de refletir acerca do fortalecimento da autonomia escolar e de uma educação que respeite a infância.

Tal fazer, não tem receitas prontas ou se constitui em um método. Partindo da pluralidade e diversidade da essência humana, desafiá-la, questioná-la, ampliá-la não pode ser ação única, mas ações inspiradas por princípios claros, adaptadas a cada indivíduo e situação com engenho e arte.

As metodologias adotadas nas salas de aulas vão sendo renovadas pouco a pouco, pois o uso do quadro (e do giz, quando há) já não são exclusivos e suficientes, já se observa aulas inovadoras, criativas e dinâmicas, buscando a interdisciplinaridade. Dessa forma, as aulas vão se tornando mais prazerosas, contribuindo para o despertar do conhecimento das crianças que é e deve ser sempre a prioridade da Educação Infantil.

Na prática escolar são as reflexões metodológicas que fundadas nas concepções de homem, mundo, sociedade e educação, num diálogo vivo, questionador, dimensionam o conhecimento histórico das experiências sociais, contextualizam o ser como humano e a sociedade como espaço vivencial.

Dessa forma, nasce a BNCC - Base Nacional Comum Curricular (2017), com o intuito de equipar as desigualdades existentes em nosso país no que se refere aos direitos de aprendizagem, estabelecendo os conhecimentos que devem ser construídos com as crianças de acordo com a fase de desenvolvimento em que se encontram.

É pertinente salientar que a BNCC se diferencia dos RCNs e das DCNs Diretrizes

Curriculares Nacionais) por diversas razões, mas principalmente por focar nos direitos de aprendizagem. Segundo o documento, os direitos devem ser definidos a partir de 0 ano, quando o bebê ainda está na creche. No entanto, no período em que se estende até os 5 anos e 11 meses, ele não se refere a aulas formais, mas a situações planejadas que promovem interações e brincadeiras, as quais envolvem os cinco campos de experiências que se interligam com os direitos de aprendizagem.

Considerando os eixos estruturantes e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis grandes direitos de aprendizagem devem ser garantidos para que as crianças possam desempenhar um papel ativo na construção de seus conhecimentos. São eles: **Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se**. Além dos direitos, a Organização Curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências:

1- O eu, o outro e o nós. Corpo, gestos e movimentos.

2- Traços, sons, cores e formas.

3- Escuta, fala, pensamento e imaginação.

4- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

5- Cada campo de experiência traz as aprendizagens importantes a serem alcançadas pelas crianças durante toda a Educação Infantil.

6- Faz-se essencial assim, que todos os envolvidos no processo educativo escolar compreendam bem os campos, a infância e busquem práticas pedagógicas que garantam a aprendizagem efetiva com ludicidade, experimentações e encantamento.

Como fundamentação teórica para práticas no segmento da Educação Infantil, “Para onde Vai Educação? Piaget (1975), norteia os estudos e ações pedagógicas da equipe docente. Na obra fica evidente o cuidado ao formar/educar, pois os padrões para o ato formativo são normalmente condizentes com as gerações anteriores, eles que regem as condutas chamadas de verdades comuns. Por exemplo, os tempos nas relações familiares, o choque cultural entre as idades e como determinadas crenças e saberes são passadas aos filhos.

Portanto, esse desenvolvimento da personalidade já é despertado desde a Educação Infantil por meio de todos instrumentais trabalhados na infância que servem de base por toda a vida, já que é na Educação Infantil que a criança potencializa sua base que servirá de pontapé para a continuação de suas vivências educacionais até o exercício de suas profissões na idade adulta. Uma base bem feita e consolidada favorece a possibilidade de um futuro com mais autonomia: um estudante mais reflexivo, um profissional crítico e consciente de seus atos.

Ao analisar o Referencial Curricular da Educação Infantil do município de Cícero

Dantas/ Bahia, observa-se que tem uma proposta onde o **sonho** também é pautado, já que ser criança envolve um conjunto de situações em que o sonho sempre está presente. Toda criança tem um sonho e deve ser alimentado pela escola e famílias em conjunto, para a sua concretização. Fala-se em utopia, pois ela serve para que não deixemos de caminhar a fim de atingirmos os objetivos, assegurando o direito de ser criança e fazer uma educação cada vez melhor.

Para que a educação escolar aconteça de fato, a escola deve estar respaldada e obedecer também às modalidades de ensino: Educação Especial e Educação do Campo. Em todos os aspectos, firmar a parceria família/escola é condição basilar para assegurar o reconhecimento das identidades da criança e seus avanços.

#### **7.4.2 Pressupostos Educacionais Metodológicos – Anos Iniciais**

A proposta metodológica do Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano) está baseada na Teoria Sociointeracionista na qual a ação pedagógica é dinamizada constantemente pelas relações que se estabelecem na sala de aula e no ambiente escolar, pelo fazer cotidiano do professor. Também nos estudos de Emília Ferreiro, Ana Teberosky, Magda Soares, José Carlos Libâneo, Vygotsky, Wallon e Piaget que se debruçam sobre os métodos e os processos de alfabetização; as relações socioemocionais nos aspectos: biológico, afetivo, social e intelectual; na Teoria do Desenvolvimento Cognitivo; e os métodos pedagógicos que estimulam os alunos a pensar e ter senso crítico sobre as coisas e o raciocínio, essas concepções se complementam para formar um aluno em sua integralidade.

Nessa perspectiva, a concepção sociointeracionista, cujo enfoque leva o aluno a desenvolver a capacidade de aprender a aprender, de trabalhar de forma colaborativa, de desenvolver além do saber conceitual/factual, habilidades e atitudes, diante de novos desafios e novas experiências, buscando a sua competência como cidadão. Para isso, a interação entre professor e aluno é fundamental, a fim de se concretizar o processo da aprendizagem.

Visando alcançar os objetivos a que se propõe nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nossas escolas procuram incorporar as teorias pedagógicas mais recentes, adaptando-as sempre para atender as necessidades do ensino e da aprendizagem.

Importante frisar que Emília Ferreiro, Ana Teberosky e Magda Soares não apresentam um método de ensino, mas uma abordagem psicológica de como a criança desenvolve o aprendizado do sistema da língua escrita, de forma a evidenciar a alfabetização como um processo complexo e multifacetário. Além disso, atenta-se para o conceito de letramento. De

acordo com Soares (2012), teórica precursora de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, o processo de letramento é quando o indivíduo faz uso apropriado da escrita e de suas práticas sociais, assim é o estado ou ação de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita.

De acordo com Emília Ferreiro (1990, p. 47), *“a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola e que não termina ao finalizar a escola primária”*. Em consonância Ana Teberosky afirma que a criança *“trata-se de um sujeito que procura adquirir conhecimento, e não simplesmente de um sujeito disposto ou mal disposto a adquirir uma técnica particular”*. Logo, o ideal é alfabetizar em contextos de letramento, ou seja, *“ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se torne, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado”*. (Soares, 2004, p. 47).

Retomemos a grande diferença entre alfabetização e letramento e entre alfabetizado e letrado [...] um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever, já o indivíduo letrado, indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente as demandas sociais de leitura e de escrita. (Soares, 1998, p. 93-40).

Em uma análise construtiva do processo de aquisição da escrita, Ferreiro (2001) e Teberosky (1985), observam cinco fases do desenvolvimento da escrita nos indivíduos, classificadas nesse processo em: nível pré-silábico, silábico, silábico-alfabético, alfabético e ortográfico.

Abaixo, de forma detalhada segue características da criança em cada nível:

#### **Nível 1 (Hipótese Pré-Silábica);**

- Não estabelece vínculo entre fala e escrita;
- Demonstra intenção de escrever através de traçado linear com formas diferentes;
- Usa letras do próprio nome ou letras e números d\ na mesma palavra;
- Caracteriza uma palavra como letra inicial;
- Tem leitura global, individual e instável do que escreve: só ela sabe o que quis escrever.

Nesta fase, denominada como pré-silábica, a criança não traça o papel com a intenção de realizar o registro sonoro do que foi proposto para a escrita, ela começa a diferenciar seu desenho da escrita “A hipótese da correlação entre a escrita e a imagem é um pressuposto inicial e espontâneo da criança. A escrita é percebida como etiqueta do desenho e ‘não dá para ler se não tiver figura’”. (PIMENTEL, 1986, apud OLIVEIRA, p. 48, 2012).

#### **Nível 2 (Intermediário)**

- Começa estabelecer consciência de que existe alguma relação entre pronuncia e a

escrita;

- Começa a desvincular a escrita das imagens e os números das letras;
- Conserva as hipóteses da quantidade mínima e da variedade de caracteres.

### **Nível 3 (Hipótese Silábica)**

- Já supõe que a escrita representa a fala;
- Tenta fonetizar a escrita e dar valor sonoro às letras;
- Supõe que a menor unidade de língua seja a sílaba;
- Em frases, pode escrever uma letra para cada palavra.

### **Nível 4 (Hipótese Silábico-Alfabética ou Intermediário II)**

- Inicia a superação da hipótese silábica;
- Compreende que a escrita representa o som da fala;
- Passa a fazer uma leitura termo a termo; (não global)
- Consegue combinar vogais e consoantes numa mesma palavra, numa tentativa de combinar sons, sem tornar, ainda, sua escrita socializável. Por exemplo, CAL para cavalo.

### **Nível 5 (Hipótese alfabética)**

- Compreende que a escrita tem função social;
- Começa a entender o modo de construção do código da escrita;
- Omite letras quando mistura as hipóteses alfabética e silábica;
- Não tem problemas de escrita no que se refere a conceito;
- Não é ortográfica e nem léxica.

## **As interações na prática pedagógica e a abordagem crítico social dos conteúdos**

Por acreditar em uma prática pedagógica que propõe uma interação entre conteúdo e realidade concreta, visando a transformação da sociedade (ação- compreensão-ação) a presente Unidade de Ensino se pauta também em seu marco metodológico na Tendência Progressista, Teórico Crítico Social dos Conteúdos. Libâneo (2002) aponta essa tendência, diferentemente da libertadora e libertária, como aquela que acentua a primazia dos conteúdos no seu confronto com as realidades sociais. A atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade. Um dos parâmetros dessa tendência é:

A razão pedagógica, a razão didática, está associada aprendizagem do pensar, isto é, ajudar os alunos se constituírem como sujeitos pensantes, capazes de pensar de lidar com conceitos, para argumentar, resolver problema, para se defrontarem com dilemas e problemas da vida prática. Democracia na escola hoje, justiça social na educação, chama-se qualidade cognitiva e operativa do ensino. (Libâneo, 2002, p. 26)

Neste sentido, o aluno tem um papel de participante e o professor como mediador, os métodos de aprendizagem são baseados nas estruturas cognitivas já estruturadas nos alunos e os conteúdos são trabalhados de acordo com a sua realidade, as temáticas trabalhadas em sala de aula possuem significação humana e social.

O ensino deve assim envolver conceitos pertinentes à realidade do educando porquê dessa maneira ele consegue associá-lo ao seu cotidiano, de maneira que ficará internalizado e não apenas memorizado, pois é preciso ensinar a pensar criticamente. Como afirma Libâneo (2002, p.49): “*A escola continua sendo uma instância de promoção da autorreflexão e do desenvolvimento das capacidades intelectuais e operativas, necessária à formação da razão crítica*”. Podemos sintetizar dizendo que a relação entre ensino e aprendizagem não é mecânica, é uma relação recíproca na qual se destacam o papel dirigente do professor e a atividade do aluno. O trabalho docente somente é frutífero quando o ensino dos conhecimentos e dos métodos se convertem em conhecimentos, habilidades, capacidades e atitudes do aluno. A capacidade crítica e criativa se desenvolve pelo estudo dos conteúdos e pelo desenvolvimento de métodos de raciocínio, de investigação e de reflexão.

Nesse processo de ensino, que visa a criticidade e a criatividade, o método de ensino exerce papel importante, devendo estar afeito à experiência do aluno e dos conteúdos propostos. Essa prática possibilita o educando desenvolver um raciocínio que vai além do cotidiano, proporcionando assim elementos de análise, uma autorreflexão seguida de ação. (Luckesi, 1994, p. 70), neste sentido, ressalta que:

A questão dos métodos se subordina à dos conteúdos: se o objetivo é privilegiar a aquisição do saber, e de um saber vinculado às realidades sociais é preciso que os métodos favoreçam a correspondência dos conteúdos com os interesses dos alunos, e que estes possam reconhecer nos conteúdos o auxílio ao seu esforço de compreensão da realidade.

A concepção teórica citada acima é caracterizada por Dermeval Saviani como o “método” com cinco etapas que o professor deve promover no processo pedagógico, para que o processo de ensino-aprendizagem tenha resultados satisfatórios. Estas etapas precisam ser bem compreendidas pelo corpo pedagógico para acontecer na prática escolar, são elas: ***prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final.***

A primeira etapa, a **prática social inicial**, segundo Araújo (2009) implica em conhecer a experiência de cada aluno, sua memória e seu saber prático. Em princípio, o professor, nessa etapa situa-se em relação à realidade de maneira mais clara e mais sintética que os alunos. Quanto a estes, pode-se afirmar que, de maneira geral, possuem uma visão global, ou visão de

senso comum, se assim preferirmos chamar. Todavia, essa prática do educando é sempre uma totalidade que representa sua visão de mundo, sua concepção da realidade, ainda que, muitas vezes, naturalizada como aponta (Gasparin, 2007).

É importante entendermos que nessa etapa, os alunos trazem para o ambiente escolar todas as vivências e experiências que já possuem sobre o conteúdo. A aula já começa de forma dialogada e participativa. É feita uma introdução do conteúdo onde o professor faz uma avaliação diagnóstica, identificando os conhecimentos prévios dos alunos sobre determinado assunto para, a partir daí, iniciar sua mediação e dar continuidade a sua aula.

A segunda etapa é chamada de **problematização** de acordo com Gasparin (2007), ela representa o momento do processo pedagógico em que a prática social é posta em questão, analisada, interrogada, levando em consideração o conteúdo a ser trabalhado e as exigências sociais de aplicação desse conhecimento. Nesta etapa surgem as dúvidas e ocorre a discussão de questões inerentes ao conteúdo proposto. Aqui que ocorre o ato de vislumbrar o conteúdo em diferentes dimensões sociais. Um conteúdo problematizado deverá mostrar-se através de várias dimensões (conceitual, histórica, social, política, estética, religiosa etc.) despertando o conhecimento crítico e estimulando a busca pelo conhecimento (Steimbach, 2008). Importante frisar que nesta etapa professor e alunos, juntos, procuram *“detectar que questões precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e, em consequência, que conhecimento é necessário dominar”* (Saviani, 2008).

A terceira etapa é denominada de **instrumentalização** o conteúdo será trabalhado em suas dimensões. Segundo Gasparin e Petenucci (2008), neste momento o professor “apresenta aos alunos através de ações docentes adequadas o conhecimento científico, formal, abstrato, conforme as dimensões escolhidas na fase anterior”. E os alunos, ainda conforme os autores, “por meio de ações estabelecerão uma comparação mental com a vivência cotidiana que possuem desse mesmo conhecimento, a fim de se apropriar do novo conteúdo”. Para Saviani (2008, p. 28) é na instrumentalização que os educandos:

Trata-se de se apropriar dos instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social. Como tais instrumentos são produzidos socialmente e preservados historicamente, a sua apropriação pelos alunos está na dependência de sua transmissão direta ou indireta por parte do professor. [...] o professor tanto pode transmiti-los diretamente como pode indicar os meios pelos quais a transmissão venha a se efetivar.

Depreende-se que é nesta parte da aula que o professor irá transmitir seu conhecimento, expondo os conceitos, explicando e dando exemplos, com total fundamentação científica.

Na quarta é penúltima etapa a **Catarse** é o momento em que o aluno manifesta um

entendimento do conteúdo. Ele se “liberta” do senso comum e apropria-se do conhecimento científico, atingindo os objetivos traçados pelo educador, o momento catártico pode ser considerado como ponto culminante do processo educativo, Gasparin e Petenucci (2008) afirmam que o aluno, neste momento, apresenta uma “nova postura mental unindo o cotidiano ao científico em uma nova totalidade concreta no pensamento. Neste momento, o educando faz um resumo de tudo o que aprendeu, segundo as dimensões do conteúdo estudadas. É a elaboração mental do novo conceito do conteúdo”. Aqui nesta etapa torna-se imprescindível, que o professor empregue instrumentos de avaliação para averiguar se o conteúdo foi assimilado e se os alunos apresentaram alguma dificuldade. A catarse é uma etapa de expressa importância, pois é nela e que o professor saberá se alcançou os objetivos da aula e se poderá avançar no processo pedagógico.

Na última etapa, a **prática social final** conforme Saviani (2001), citado por Araújo (2009), já houve uma transformação do educador e do educando. Nesse processo, o conhecimento foi adquirido e já é possível refletir em outras instâncias da sociedade. A prática social final é o momento em que o aluno demonstra que realmente aprendeu, manifestando mudanças em seu comportamento em relação ao conteúdo. Para Gasparin e Petenucci (2008), ela se manifesta “*pelo compromisso e pelas ações que o educando se dispõe a executar em seu cotidiano pondo em efetivo exercício social o novo conteúdo científico adquirido*” (p. 47).

Indubitavelmente é importante entender que ao contrário das tendências tradicionais, onde o aluno é um mero receptor de informações, esta metodologia é fruto de uma tendência pedagógica que busca tornar o aprendiz participante efetivo e ativo no processo de construção do conhecimento e de transformação da sociedade, para tanto, exige de todo corpo escolar esforço, inovação e principalmente estudo para aprofundar seus conhecimentos teóricos e criarem condições necessárias para aplicar os conteúdos e as atividades escolares, almejando um ensino significativo, crítico e transformador.

Em linhas gerais se busca na tendência progressista teórico crítico dos conteúdos posturas educativas que garantam aos alunos a aquisição de conteúdos e análise de modelos sociais, que vão lhes fornecer instrumentos para entender seus deveres e lutar por seus direitos.

Desta maneira, frisamos que o nosso norte metodológico se pauta também, em situações de ensino/aprendizagem em que o aprendiz, por meio do seu convívio social e da interação com outras pessoas é capaz de construir o seu conhecimento, tal premissa parte do sócio interacionismo teoria da aprendizagem com foco na interação, referenciada por Vygotsky.

Segundo Vygotsky, o desenvolvimento cognitivo do aluno se dá por meio da interação social, ou seja, de sua interação com outros indivíduos e com o meio, possibilitando a geração

de novas experiências e conhecimento.

Para ocorrer a aprendizagem, a interação social deve acontecer dentro da zona de desenvolvimento proximal (ZDP), que seria a distância existente entre aquilo que o sujeito já sabe, seu conhecimento real, e aquilo que o sujeito possui potencialidade para aprender, seu conhecimento potencial.

Dessa forma, a aprendizagem ocorre no intervalo da ZDP, onde o conhecimento real é aquele que o sujeito é capaz de aplicar sozinho, e o potencial é aquele que ele necessita do auxílio de outros para aplicar.

A zona de desenvolvimento proximal defini aquelas funções que ainda não amadureceram, mas estão em processo de maturação, funções que amadureceram mais cedo ou mais tarde, mas que atualmente estão em estado embrionário (Vygotsky, 1978).

O professor deve mediar a aprendizagem utilizando estratégias que levem o aluno a tornar-se independente e estimule o conhecimento potencial, de modo a criar uma nova ZDP a todo momento. Também deve estar atento para permitir que este aluno construa seu conhecimento em grupo com participação ativa e a cooperação de todos os envolvidos. Sua orientação deve possibilitar a criação de ambientes de participação, colaboração e constantes desafios.

A teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget foi um avanço na época ao colocar o ser humano como sujeito ativo em sua aprendizagem. Seu foco principal está em investigar o processo pelo qual as pessoas adquirem o conhecimento, não em o quanto adquirem.

De acordo com Piaget, as crianças possuem um papel ativo na construção de seu conhecimento, de modo que o termo construtivismo ganha muito destaque em seu trabalho. O desenvolvimento cognitivo, que é a base da aprendizagem, se dá por assimilação e acomodação.

Para Piaget (1973), *“as crianças adquirem conhecimento por meio de ações sobre os objetos e de experiências cognitivas concretas. Elas constroem o seu conhecimento durante as interações com os outros e com o mundo”*.

Wallon mostra que a afetividade está presente em todos os momentos, movimentos e circunstâncias de nossas ações, como um ato motor e a cognição. Defende a psicogênese da pessoa completa, o desenvolvimento integral da criança nos aspectos cognitivo, social e afetivo. Para o autor, a aprendizagem real só acontece quando enxergamos a criança em todos os seus aspectos.

Segundo a BNCC (2018), a educação socioemocional refere-se ao processo de entendimento e manejo das emoções, com empatia e pela tomada de decisão responsável. Para

que isso ocorra, é fundamental a promoção da educação socioemocional nas mais diferentes situações, dentro e fora da escola, pelo desenvolvimento das cinco competências apresentadas a seguir:

Autoconsciência - Envolve o conhecimento de cada pessoa, bem como de suas forças e limitações, sempre mantendo uma atitude otimista e voltada para o crescimento; Autogestão - Relaciona-se ao gerenciamento eficiente do estresse, ao controle de impulsos e à definição de metas; Consciência social - Necessita do exercício da empatia, do colocar-se “no lugar dos outros”, respeitando a diversidade; Habilidades de relacionamento - Relacionam-se com as habilidades de ouvir com empatia, falar clara e objetivamente, cooperar com os demais, resistir à pressão social inadequada (ao *bullying*, por exemplo), solucionar conflitos de modo construtivo e respeitoso, bem como auxiliar o outro quando for o caso; Tomada de decisão responsável - Preconiza as escolhas pessoais e as interações sociais de acordo com as normas, os cuidados com a segurança e os padrões éticos de uma sociedade.

### **A inclusão e a Prática Pedagógica no Ensino Fundamental nos Anos Iniciais**

A educação inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional. O Projeto Político Pedagógico da escola, diante da proposta de uma educação para todos se propõe a incluir pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades.

A Constituição Federal de 1988, determina no artigo 3º inciso IV *"promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"*. Garante ainda, em seu capítulo III, artigo 205, a educação como *"direito de todos e dever do Estado"* portanto, todos têm direito a educação gratuita e de qualidade assegurada pelo inciso IV e VII do artigo 206. Desta forma, é preciso assegurar aos educandos com necessidades especiais a matrícula na rede regular de ensino bem como o direito de participar e aprender juntos, sem nenhum tipo de discriminação.

Contudo, faz-se necessário tornar a escola acessível e inclusiva, respeitando as especificidades de cada aluno, atendendo suas necessidades sem nenhuma distinção. A inclusão, indubitavelmente na escola, deve ser analisada e praticada em todos os âmbitos, considerando a premissa de que a Unidade Escolar é o lugar de aquisição de novos conhecimentos, da equidade, e do respeito para com outro. Desta forma faz-se necessário saber como professores estão embasando sua aquisição de conhecimento para a educação inclusiva e aplicando-a em sua prática pedagógica, bem como, como os alunos sem comprometimentos estão recebendo e interagindo com os discentes que apresentam algum tipo de comprometimento.

Pontua-se que também que todos os profissionais da escola precisam entender que todos os alunos com diferentes características, capacidades, necessidades e interesses, podem aprender, crescer e conviver juntos, recebendo atenção e cuidado em seu desenvolvimento, criando-se um apropriado sentido de igualdade de oportunidades, com o objetivo de alcançar o

sucesso escolar.

O educador, já deve organizar sua sala de aula, planejar e pensar as atividades dos seus alunos levando em consideração as necessidades especiais de cada um deles, o projeto pedagógico da escola direciona as ações do professor, que deve assumir o compromisso com a diversidade e com a equalização de oportunidades, privilegiando a colaboração e a cooperação.

Na sala de aula inclusiva, considera-se que os conteúdos escolares são considerados objetos da aprendizagem, aos alunos cabe atribuir significados e construir conhecimentos e o professor assume a função de mediar esse processo.

O papel do educador é intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando o estudante a se sentir capaz de realizá-las. É com essa dinâmica que o professor seleciona procedimentos de ensino e de apoio para compartilhar, confrontar e resolver conflitos cognitivos. (Gaio, 2005).

Já os procedimentos de ensino devem privilegiar a construção coletiva e organizados com base nas necessidades dos alunos, leva-se em conta os diferentes estilos, ritmos e interesses de aprendizagem de cada um. Ou seja, todos os estudantes são diferentes e suas necessidades educacionais poderão requerer apoio e recursos diferenciados e o educador bem como a equipe pedagógica, precisa atentar-se para isso.

#### **7.4.3 Pressupostos Educacionais Metodológicos - Ensino Fundamental (Anos Finais)**

A presente proposta metodológica pretende explicitar as linhas teóricas que devem orientar o modelo pedagógico das escolas da rede municipal de ensino de Cícero Dantas, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, buscando uma nova forma de organizar o trabalho pedagógico nas instituições de ensino, além de abordar aspectos teóricos. A nossa proposta procura também orientar o processo de ação – reflexão - criação, que deve está implícito em qualquer ação pedagógica.

Grande parte dos conhecimentos didáticos observados em nossa rede, talvez ainda sejam influenciados por um estilo de ensino próprio da tradição escolar baseada em um modelo de ensino tradicional provocando um choque de gerações, de um lado o docente preso em um mundo que não existe mais, de outro o estudante em um mundo moderno com diversos recursos midiáticos, o que tem preocupado a boa parte dos profissionais da educação em como ensinar, quais as técnicas mais adequadas para a nossa clientela, isto é, como aprender melhor para atingir a maioria. É através da educação que várias transformações podem ocorrer em nossa sociedade.

Sabe-se que a educação é a área responsável por preparar o indivíduo para a vida social, familiar, comunitária, entre outras, como fundamenta a Constituição Federal do Brasil de 1988, que prevê, no Art. 205: Educação, o direito de todos e o dever do Estado e da família, a promoção e incentivo, com a colaboração da sociedade, do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nesta perspectiva, entende-se que a democratização do país se dá mais rapidamente por meio da participação de todos os cidadãos.

É aqui que se faz necessário destacar o peso dos fatores socioculturais, da importância da democracia, que foi posta em cheque com os atos anti democráticos realizados no período do final de 2022 e início de 2023, em que a escola tem um papel importante não só a respeito de proporcionar o conhecimento a qualquer classe social a que o sujeito pertence, mas especialmente quanto aos padrões culturais (visão do mundo, mitos, tradições, estrutura familiar etc.), além da conscientização a respeito do direito a voz, vez e a alguns direitos que só estão presentes em um regime democrático.

Ao mencionar “democratização”, logo vem em mente “democracia”, termo esse bem entendido quando a sociedade, a comunidade escolar e todos os que fazem parte do processo educativo – por intermédio de parcerias e com propósitos definidos – concretizam em conjunto o ato de aprender a aprender, aprender a fazer e aprender a ser. Portanto, democraticamente, a aprendizagem ocorre da ação sincrônica entre o educando, educador e a comunidade escolar.

Em termos de educação, essa ótica centrada na capacitação do sujeito para atuação do mesmo em sociedade contribui para evidenciar a necessidade de um trabalho vinculado aos princípios da dignidade do ser humano, da participação, da corresponsabilidade, da solidariedade e da equidade. A educação não pode ter como objetivo a simples transmissão de informações para o estudante. Deve garantir-lhe autonomia intelectual, possibilitando a busca, seleção e análise de informações e sua transformação em conhecimento para viver em uma sociedade em constante e acelerado processo de crescimento e mudança. Acerca disso, o teórico Anísio Teixeira afirma que a educação e a sociedade são dois processos fundamentais da vida, que mutuamente se influenciam.

Entretanto, a educação é importante para que ocorram as mudanças e renovação social dentro do processo cultural dos seres humanos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino fundamental que os estudantes sejam capazes de compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.

Assim, o trabalho educativo pode criar condições para os estudantes conhecerem, descobrirem e ressignificarem novos sentimentos, valores, ideias, costumes e papéis sociais. A construção da identidade e da autonomia diz respeito ao conhecimento, desenvolvimento e uso dos recursos pessoais para fazer frente às diferentes situações da vida. Com isso, consideramos que educar é um ato Político e ao mesmo tempo Pedagógico. Político porque dá suporte ao indivíduo para interferir criticamente na sociedade em que está inserido, exercendo seu papel de cidadão. E pedagógico, por dar acesso ao conhecimento historicamente acumulado pela humanidade. Sendo assim, a educação é uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os envolvidos desenvolvam suas capacidades e aprendam conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais, favorecendo, desse modo, o pleno exercício da cidadania.

A educação, vista na instituição escolar, deve ser formal, ou seja, planejada, no sentido de que suas ações busquem alcançar os objetivos de ensino, conteúdos e metas relacionadas às questões sociais marcadoras de cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação sejam consideradas essenciais para que os estudantes possam exercer seus direitos e deveres.

Por missão, temos que desenvolver nos estudantes ações por meio de práticas relacionadas ao respeito do ser humano e aos valores essenciais que transformam e aproximam as pessoas em suas relações de amor, amizade, solidariedade, fraternidade e honestidade. Além disso, é de suma importância trabalhar a autoestima e a afetividade entre os diversos envolvidos no processo educativo. Exercer o convívio social no âmbito escolar favorece a construção de uma identidade pessoal, pois a socialização se caracteriza por um lado pela diferenciação individual e por outros pela construção de padrões de identidade coletiva (PCN, 1997).

Por filosofia de trabalho, temos a crença de que todo estudante é capaz de aprender, e que sempre é possível ajudá-lo, pois os conhecimentos não estão prontos dentro do indivíduo, nem vem pronto de fora. Isso significa que todo estudante pode aprender, e acima de tudo, o conhecimento é adquirido diariamente, no cotidiano escolar. O educador torna-se o mediador entre o conhecimento produzido pelo próprio educando. Para tanto, precisa-se de ações planejadas de acordo com o nível de aprendizagem dos educandos, seus ritmos e tempo de aprendizagem, já que esta é um processo de apropriação que só é possível com o pensar e o agir em conhecimentos, significado e formas de interpretar o mundo.

A escola, como formadora de cidadãos críticos, não pode fazer de conta que o mundo é um lugar harmonioso, que não existem a devastação do meio ambiente, as guerras, a fome, a violência e lutas sociais. Portanto, é preciso que a escola desenvolva em suas práticas pedagógicas ações voltadas para a construção da cidadania, respeito no contexto do mundo real

do qual os estudantes fazem parte. É nesse contexto que o ato de ensinar e aprender torna-se um processo dinâmico e permanente, onde um aprende com o outro numa rotina inovadora.

Esse “processo de ensino aprendizagem” inclui sempre aquele que aprende, aquele que educa e a relação entre ambos. Acreditamos desta forma que esse estudante aprende partindo do que já sabe (educação informal) e acrescentando o novo. Portanto, o docente precisa ter em mente que embora o estudante possa aprender através de sua experiência, ele é capaz de aprender mais e melhor com auxílio de outras pessoas. Por isso, é que, o ser humano desenvolve ações de autoestima, exerce a cidadania de forma segura e consciente, sabendo enfrentar as dificuldades de uma sociedade cada vez mais competitiva e excludente, respeitando o meio ambiente e seu patrimônio sociocultural.

Sobre a proposta de ressignificar o que o estudante já apresenta, a unidade escolar está pautada em duas tendências pedagógicas, a “crítico-social dos conteúdos”, de José Carlos Libâneo, e a “sociointeracionista”, de Lev Vygotsky, pois condizem com a filosofia da escola, que é um meio para que todos tenham o saber, o que elimina a seletividade social e contribui para a democracia.

Dentro do contexto educacional atual em que a sociedade se apresenta, vê-se a necessidade de uma ideologia “inovadora e aplicável” no âmbito escolar, fator que aponta diretamente para um olhar mais criterioso e transformador, uma pedagogia progressista, como afirma José Carlos Libâneo em seu livro “Democratização da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos”. Nesse ideal de progresso, expõe-se a indispensabilidade da luta dos docentes em favor da sociopolítica da educação, conflito manifestado em três tendências: a libertadora, a libertária e a crítico-social dos conteúdos.

Restringindo-se à tendência “crítico-social dos conteúdos”, é importante entender que a relação entre o social e o escolar se dá de forma mais expressiva, já que essa tendência objetiva difundir os conteúdos concretos, indissociáveis da realidade social, como afirma Libâneo:

A tendência da pedagogia crítico social de conteúdos propõe uma síntese superadora das pedagogias tradicional e renovada, valorizando a ação pedagógica enquanto inserida na prática social concreta. Entende a escola como mediação entre o individual e o social, exercendo aí a articulação entre a transmissão dos conteúdos e a assimilação ativa por parte de um estudante concreto (inserido num contexto de relações sociais); dessa articulação resulta o saber criticamente re-elaborado (Libâneo, 1994, p. 21).

A tendência “crítico-social dos conteúdos” parte de uma relação direta com a experiência do estudante, confrontada com o saber, trazido de fora. Isto implica em tomada de

consciência e ajuda a ultrapassar a experiência -continuidade/ruptura. O estudante participa na busca da “verdade”, ao confrontar os conteúdos e modelos oferecidos pelo docente. O próprio estudante se reconhece nos conteúdos e modelos sociais, para ampliar sua própria experiência; do contrário, o docente prevê a estrutura de que o estudante ainda não dispõe de saber lidar com o conhecimento.

Junto da tendência “crítico-social dos conteúdos” está a teoria “sociointeracionista” de Lev Vygotsky, abordagem na qual o desenvolvimento humano se dá mediante os processos de interação e mediação nas relações, nas trocas entre parceiros sociais.

Desde a antiguidade, formularam-se diversas teorias sobre a aprendizagem, o que a escola propõe e que atualmente está em evidência na educação contemporânea é a sociointeracionista. Nela, a educação é ao mesmo tempo um processo individual e social que acontece por meio das inter-relações. Nela o educador e educando aprendem juntos em uma relação dinâmica na qual a prática orientada e reorientada busca um constante aperfeiçoamento.

Por intermédio dessa teoria, a proposta da escola é estimular, no discente, o desenvolvimento da consciência de si mesmo, apropriando-se de valores, crenças, conhecimentos acadêmicos e referenciais sócio histórico, tornando-o consciente e responsável pela transformação da realidade em que está inserido.

Nessa perspectiva, a escola busca promover um ensino de qualidade social, que desafie o estudante, partindo do seu intelecto e confrontando com o que a humanidade produziu, desenvolvendo, assim, o espírito crítico, criando situações de aprendizagem a partir da interação com o outro.

Segundo Vygotsky, a interação com o meio e com o outro acontece nas relações cotidianas e histórico-sociais onde "o homem é um ser essencialmente social e histórico que, na relação com o outro, em uma atividade prática comum intermediada pela linguagem, constitui-se e se desenvolve enquanto sujeito.

Dentre estas linhas pedagógicas, a escola busca formas alternativas assentada numa pedagogia crítico - social dos conteúdos e sociointeracionista visando formas em procedimento lógico metodológicos de análise da realidade concreta que sirvam de apoio ao docente nas situações pedagógicas específicas. Uma teoria crítica de escola parte de uma avaliação das circunstâncias histórico- sociais e concretas que determinam o aparecimento e o desenvolvimento das formas pedagógicas, para incorporá-las, por superação, às realidades sociais presentes. Esta postura vem do pensamento comum da comunidade escolar, já que educar tem sido o grande desafio hoje para nós educadores.

Se educar é tirar de dentro as possibilidades, os dons que estão adormecidos, podemos

afirmar que somos educados coletivamente, na interrelação, na vivência solidária da troca de conhecimentos e valores. Temos também como bases legais à lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) elaborados pelo Ministério da Educação – MEC. Segundo Pedro Demo: Com o Projeto Político Pedagógico, fica mais fácil planejar o ano letivo, revendo e aperfeiçoando a oferta curricular, pois com ele lança-se desafios, buscando estratégias para diminuir repetência e a evasão escolar, buscando uma melhoria qualitativa e atingir posições de excelência (Demo, 1996, p. 53).

A escola tem por incumbência preparar o indivíduo para práticas sociais, nos desenvolvimentos de suas competências e habilidades para orientar traçar metas e atingir o objetivo favorável neste PPP – Projeto Político Pedagógico, em sistema de ensino democrático. Nesta perspectiva, o centro do processo educativo é sem sombra de dúvida o estudante. O docente é o mediador entre o estudante e o conhecimento, podendo neste sentido criar condições favoráveis para que ocorra a aprendizagem. Nessa mediação, o educador aproximará tanto mais o estudante do conhecimento quanto maior a sua convicção e certeza da importância do que está sendo compartilhado. Esta postura vem do pensamento comum da comunidade escolar, já que educar tem sido o grande desafio hoje para nós educadores.

Com o surgimento da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), define-se uma proposta metodológica de ensino em que o projeto político pedagógico da escola esteja de acordo com as competências, conhecimentos e habilidades estabelecidas pela Base. É evidente que não se adquire conhecimentos apenas com os educadores, a aprendizagem é uma atividade conjunta, em que relações colaborativas entre estudantes podem e devem ter espaço; Segundo Vygotsky, “*o docente é o grande orquestrador de todo o processo. Além de ser o sujeito mais experiente, sua interação tem planejamento e intencionalidades educativas*”.

Sendo assim, exige-se pensar nos rumos da escola, quais são as suas prioridades e quais alternativas devem buscar para estar em conexão com as novas configurações sociais em que as suas escolhas pedagógicas no cotidiano escolar revelem essas concepções, assimiladas frequentemente a partir da sua própria experiência como estudante, e outras influências, que muitas vezes podem ser voltadas para o metaverso, em que o estudante vive em contato constante com um mundo paralelo conforme podemos ver em reportagens, telenovelas, filmes, cada vez fazendo parte da vida de nossos estudantes, revelando mais uma opção crítica, a ser refletida e deliberada de compromisso com nossos estudantes, reforça ainda mais a necessidade de continuarmos a trabalhar com a tendência crítico social dos conteúdos (acerca da realidade, de suas experiências) e a sociointeracionista (essencial neste caso pela falta do contato social). Mas sempre revelam, no seu tempo e na sua sociedade, como você, docente, vê o mundo e com

que mundo sonha, refletindo sobre o mundo atual e suas especificidades.

Assim, é inevitável e imprescindível a modernização das escolas, transformando-as num local privilegiado, onde a produção do saber não é seu único universo, mas também o de preparar indivíduos críticos, sociais e competitivos para o mundo do trabalho. Isto significa então, que a escola além de preparar o estudante para a vida, deve assumir a responsabilidade do atendimento às demandas do mundo do trabalho, e isto inclui o desenvolvimento da capacidade de pensar e resolver situações-problema. Trata-se de um conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e relações que habilitam o profissional para um emprego ou uma função.

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem de responder às marcas e aos valores dessa sociedade, só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança, às vezes, preservando determinadas formas de cultura. Outras, interferindo no processo histórico, instrumentalmente. De qualquer modo, para ser autêntico, é necessário ao processo educativo que se ponha em relação de organicidade com a contextura da sociedade a que se aplica.

Dessa forma, o estudante deve ser estimulado a ir além do passo a passo e do conjunto de etapas predefinidas. Eles, baseado na teoria de Vygotsky, devem ser estimulados a exercitar a observação, experimentação e investigação, isso com o intuito de trabalhar a coletividade, de superar o egocentrismo presente em boa parte do nosso alunado, atendendo, assim, à BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

A BNCC define quais habilidades precisam ser aprendidas e o que é desejado que os estudantes saibam em nível nacional, segundo o estabelecido pela LDB n.º 9394/96. Segundo a LDB, em todas escolas deve ser garantida a igualdade de acesso dos estudantes a uma base comum, de forma a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade do país. Define, assim, o conjunto e os objetos do conhecimento básicos das áreas do conhecimento articulados com os aspectos da vida cidadã que precisam constar dos currículos escolares da Educação Básica. Currículo esse que, na rede municipal de ensino de Cícero Dantas foi construído no decorrer do ano letivo de 2019, de acordo com essa lei, foi considerada também a dimensão diversificada envolvendo os objetos do conhecimento complementares definidos por nosso sistema de ensino e pelas escolas da rede de acordo as características regionais, culturais, sociais e econômicas, contextualizando-as em cada contexto escolar de nosso município.

Diante do exposto, a Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos é inovadora, tendo como objetivo transmitir os conteúdos a partir da vivência do alunado, relacionando-os com a sua

realidade social. A escola nunca começa do nada, pois toda aprendizagem com que os discentes se deparam em uma instituição de ensino deve partir do conhecimento de mundo. Partindo do pressuposto de que se deve trabalhar os conteúdos a partir dos conhecimentos prévios, percebe-se que a escola é um dos meios para que todos os estudantes tenham o saber, banindo assim, o selecionamento social e colaborando com a realização da democracia social. A metodologia nessa tendência, parte diretamente da experiência do estudante, que ao ser confrontado em um saber mais elaborado, transforma a realidade que estes estão inseridos, a partir do conhecimento trazido de fora.

Essa linha pedagógica tem como principal teórico, Dermeval Saviani, que organiza seu método em cinco etapas ou passos que nos orienta em relação a realização das aulas nessa tendência que são: a prática social inicial, a problematização do conteúdo, a instrumentalização, a catarse e a prática social final (em anexo é descrito cada uma dessas etapas).

As escolas que ofertam os anos finais do município de Cicero Dantas, adotarão as tendências pedagógicas: sociointeracionista e crítico social dos conteúdos, pois não é possível trabalhar uma dissociada da outra. Contudo, da segunda fase do método nessa linha crítico social, o estudante precisa da aproximação do docente e de outro estudante, sendo trabalhada a ZDP que tem como base a abordagem sociointeracionista de Vygotsky.

#### **7.4.4 Pressupostos Metodológicos Educacionais EJA ( Educação de Jovens e Adultos)**

A partir da Constituição Federal de 1988, a legislação prevê o direito à educação para toda a população, inclusive para aquelas pessoas que não tiveram acesso à escola em idade apropriada na infância ou na adolescência. Dessa forma, é dever do Governo Federal, bem como de estados e municípios, assegurar a oferta pública e gratuita de educação escolar para jovens e adultos. A EJA (Educação de Jovens e Adultos) é a modalidade de ensino criada pelo Governo Federal com objetivo principal de democratizar o ensino, ao suprir essa demanda em todos os níveis da educação básica do país, permitindo aos alunos retomarem os estudos e os concluírem em menos tempo a sua escolaridade. Dessa forma, possibilita-se o resgate da cidadania e a base de uma qualificação profissional.

Embora o mercado de trabalho seja um dos objetivos dessa formação, entendemos que a formação tardia de um ser humano, lhe confere em primeiro plano um direito maior, que lhe dá cidadania através de uma formação formal com acesso ao conhecimento elaborado e ao letramento, anulando assim, o abismo temporal que lhe impediu de estar alfabetizado em tempo legal.

O aluno, nessa etapa, vem munido de conhecimento de mundo que é o substrato do ensino. Isso deve conferir ao processo de ensino-aprendizagem valor significativo. O método ativo, portanto, é condição *sine qua non* na adoção de uma ação pedagógica para/com adultos, associado à pedagogia humanizadora, em que o acolhimento e a partilha de experiências são eixos basilares.

Nesse sentido, as pesquisas no campo educacional têm demonstrado que a mera transferência de conteúdo desvinculada de subjetivação tem se revelado ineficaz no processo de aprendizagem do indivíduo. Essa prática torna-se ainda mais sem sentido, se consideramos o aluno numa faixa etária de jovem a idoso, com rotina exaustiva, longas jornadas de trabalho ou ausência dele. Retomar os estudos nesse período é um grande desafio para essas pessoas. Primeiro, por questões materiais/financeiras, depois pela estrutura da própria escola que ainda, lentamente se adequa ao ensino de adultos e ao longo de muitos anos negligenciou essa parcela da população.

Diante disso, a proposta metodológica deve contemplar as necessidades do público a qual se destina, respeitando os eixos propostos nas Diretrizes Curriculares da EJA: Cultura, Trabalho e Tempo, também o respeito a valorização dos saberes já construídos pelos educandos no campo da educação informal/não formal.

Assim sendo, é importante frisar que a proposta de educação para esta modalidade é entendida como um ato político, a maior parte dos alunos da EJA é resultado explícito da desigualdade social, por isso pretos e mulheres, como apontam o último censo. Assim, trazem consigo as marcas do racismo, da violência de gênero e as questões que envolvem os marginalizados no país, pela educação poderão construir uma nova trajetória de vida.

Paulo Freire, patrono da educação brasileira, trouxe visibilidade para a Educação de Jovens e Adultos e várias de suas obras tratam do '[saber de experiência feito](#)'. O aluno e até mesmo nós professores temos a ideia que o tempo que o estudante ficou fora da sala de aula foi um tempo perdido. É necessário então, desconstruir o conceito de aprendizagens e dar valor a vida e as experiências humanas.

Dessa forma, a concepção metodológica de nossas instituições para a EJA tem como sustentáculo a Teoria Libertadora de Paulo Freire, uma concepção de educação referendada em princípios e pressupostos que se sustentam assim:

- Utilizar o diálogo como elemento mediador na construção do conhecimento entre o sujeito da EJA e o educador;
- Promover reflexões sobre o ato de aprender mediante a valorização dos saberes, da cultura e das experiências vividas pelos educandos durante percurso da aprendizagem;

- Estimular o educando a participar criticamente de seu próprio desenvolvimento no percurso da aprendizagem;
- Valorizar a produção cotidiana do educando como instrumento de coleta de dados para tomada de decisões;
- Reorientar, sempre que houver necessidade, as aprendizagens que ainda não ocorreram no acompanhamento do percurso, assim como propor novas alternativas que garantam o êxito da aprendizagem de todos os educandos;
- Recolher e corrigir, durante o acompanhamento do percurso, as produções do educando reorientando para a efetivação da aprendizagem;
- Realizar descrições do acompanhamento do processo de aprendizagem do educando por meio de registros bimestrais, traçando a trajetória educacional do período de permanência no espaço educativo, considerando o seu desenvolvimento humano, crítico e emancipatório.

Na atualidade, a EJA exige um novo olhar acerca da inclusão dos educandos que fazem parte desta modalidade. Isso porque para além de alfabetizar um adulto, estamos imersos no tempo em que os recursos tecnológicos, a internet, as informações instantâneas são parte integrante da realidade que este cidadão (ausente de educação formal) carrega. As ações pedagógicas devem, portanto, contribuir para conscientização do sujeito, potencializando-o em criticidade e politicamente. O método didático contribui para que se alcance esses objetivos.

Na EJA, os conteúdos de ensino são resultados também da metodologia pautada no debate dialógico e democrático. Cada pessoa, cada grupo envolvido na ação pedagógica dispõe em si próprio, ainda que de forma rudimentar, dos conteúdos necessários dos quais se parte. Nessa perspectiva, é permissível compreender que, o importante não é produzir conteúdos sistemáticos e específicos, mas despertar uma nova forma de relação pautada na experiência vivida. A construção de conteúdos estruturados fora do contexto social do educando, é considerada "invasão cultural" ou "depósito de informações", porque não emerge do saber popular. Assim, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o aluno. Conhecê-lo enquanto indivíduo inserido num contexto social de onde deverá sair o "conteúdo" a ser trabalhado. Para Gadotti (1988, p. 58):

Paulo Freire não considera o papel informativo, o ato de conhecimento na relação educativa, mas insiste que o conhecimento não é suficiente se, ao lado e junto deste, não se elabora uma nova teoria do conhecimento e se os oprimidos não podem adquirir uma nova estrutura do conhecimento que lhes permita reelaborar e reordenar seus próprios conhecimentos e apropriar-se de outros.

Assim sendo, validamos nossa apropriação metodológica alinhada ao viés Paulo

Freiriano porque ainda hoje nosso aluno que faz parte da categoria EJA é fruto de um sistema socioeconômico que de maneira alheia à sua vontade, o privou de uma formação no tempo previsto por lei. Esse fato lhe condena à marginalização em suas diversas maneiras de apresentação na sociedade. Somente a ressignificação do conhecimento, através da associação do seu conhecimento prévio, aliado às trocas de experiências no espaço escolar, transcenderão a uma nova modalidade de saber nesse indivíduo levando-o a um novo patamar em sua condição de dignidade humana. Esse modo de apreensão da realidade se dá por método ativo, porque o aluno é quem apresentará o caminho da descoberta, através do seu repertório cultural, crítico e o conhecimento prévio, bem como sua linha de interesse.

Logo, a metodologia de ensino desenvolvida pela EJA se baseia em estratégias criativas e dinâmicas, comprometidas com os valores da comunidade. Por isso, nossa abordagem na **Teoria Libertadora**, que torna o sujeito que aprende politizado, garantindo a efetivação dos Direitos e Garantias Humanos previstos na Constituição Federal.

Dentro da prática pedagógica, o papel do educador é o *locus* do mediador que também aprende na partilha com os pares a experiência dos saberes e assiste o processo de aprendizagem, por meio de sinalizações; valoriza-se os aspectos locais, regionais, sociais, econômicos, culturais, históricos, climáticos e geográficos, nas temáticas abordadas em sala de aula, ampliando-se de maneira satisfatória as condições de aprendizagem. Com isso, a relação professor-aluno é ressignificada, o educando é um cidadão político, agente principal do processo pedagógico, professores e alunos, mediados pela realidade que apreendem e da qual extraem o conteúdo de aprendizagem, atingem um nível de consciência dessa mesma realidade, a fim de nela atuarem, num sentido de transformação social. (LIBÂNEO, 1994).

Uma outra abordagem que auxiliará a prática pedagógica na EJA é a Andragogia, que é a abordagem específica para a aprendizagem de adultos e/ou compreensão de como o adulto aprende. Ela se difere dos modelos pedagógicos conservadores e se assemelha as tendências pedagógicas atuais obedecendo a alguns princípios como:

- A necessidade dos adultos em saber a finalidade, o “porquê” de certos conteúdos e aprendizagens
- A facilidade dos adultos em aprender pela experiência.
- A percepção dos adultos sobre a aprendizagem como resolução de problemas.
- A motivação para aprender é maior se for interna (necessidade individual) e se o conteúdo a ser aprendido ser de aplicação imediata.
- Os adultos trazem uma bagagem de experiências que podem contribuir para sua própria aprendizagem.

### **A inclusão e a Prática Pedagógica no Ensino Fundamental**

A EJA é uma grande aliada na efetivação de um estado democrático, haja vista objetivar a formação do cidadão brasileiro que tem a sua cidadania negligenciada. O programa potencializa intelectualmente o sujeito, garante direitos, propicia o desenvolvimento econômico, reduz as desigualdades.

A inclusão educacional no Brasil tem se pautado, substancialmente, no princípio da igualdade (art.5), previsto na Constituição Federal de 1988 que busca promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, art. 3, inciso IV. No artigo 205 se define que a educação é um direito de todos, devendo garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da “cidadania e a qualificação para o trabalho. O artigo 206, inciso 1, estabelece a qualidade de condições de acesso e permanência na escola, como um dos princípios para garantir como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Sabe-se, no entanto, que em virtude do exposto, questões de ordem histórico-social, o acesso à educação não pôde ser de maneira igualitária para todos, e uma grande parcela da população, sobretudo de ordem socioeconômica ficou sem uma formação básica. Associado a isso, existem pessoas com deficiências tanto de ordem cognitiva, sensorial e física que num cenário de falta de estrutura das próprias escolas, e entendimento de inclusão ao longo dos tempos, diante da própria estrutura caótica do sistema de saúde, familiar e do próprio fado para lidar com as diferenças e suas potencialidades, deixaram de estudar alargando os índices negativos de analfabetismo, e as consequências desastrosas no campo dignidade da pessoa humana, se concebemos a educação como base na formação da identidade do indivíduo e a escola como espaço privilegiado para partilha de saberes, convívio com as diferenças, difusão da cultura e consolidação da cidadania.

Nesse sentido, é que foram surgindo normas infra- constitucionais para ir o gerenciamento legal das lacunas. Em 1994 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, que prevê o acesso de classes comuns de ensino regular àqueles que possuem capacidade de acompanhar e desenvolver atividades programadas do ensino comum. Aprender e ensinar são processos inseparáveis. Isto acontece porque o ato de ensinar “*é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens*” (Saviani, 1995). Este processo se efetiva quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários à sua formação e a sua humanização.

Nada mais democrático que ensinar com o compromisso que haja a aprendizagem por parte de todos os estudantes. Contudo, a forma, o tempo e o entorno pelo qual se aprende, por parte dos sujeitos, são diferentes, isso deve ser considerado. Não se trata de negligenciar o que deve ser ensinado em nome das dificuldades do sujeito, deve-se sim, modificar as formas de mediação para que ele de fato aprenda. O capítulo V, da Lei 9394/96 que trata da Educação Especial, dentre outras determinações, diz que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial; § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos estudantes, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular; § 3º A oferta de educação especial. [...] Tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica; III - docentes com especialização adequada em nível médio ou superior (Brasil, 1996).

Uma das formas de proporcionar este acesso, bem como a garantia de atendimento especializado tanto no contexto comum quanto em espaços próprios, pode ser visto também nesta Lei, quando abre a possibilidade para que a escola e os sistemas de ensino elaborem e implementem suas propostas pedagógicas, planos de trabalho e/ou projetos políticos pedagógicos:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos estudantes, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III - zelar pela aprendizagem dos estudantes; IV - estabelecer estratégias de recuperação para os estudantes de menor rendimento; Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

Contudo, faz-se necessário tornar a escola acessível e inclusiva, respeitando as especificidades de cada estudante, atendendo suas necessidades sem nenhuma distinção.

A inclusão, indubitavelmente na escola, deve ser analisada e praticada em todos os âmbitos, considerando a premissa de que a Unidade Escolar é o lugar de aquisição de novos

conhecimentos, da equidade, e do respeito para com outro. Desta forma faz-se necessário saber como docentes estão embasando sua aquisição de conhecimento para a educação inclusiva e aplicando-a em sua prática pedagógica, bem como, como os estudantes sem comprometimentos estão recebendo e interagindo com os discentes que apresentam algum tipo de comprometimento.

Pontua-se que também, todos os profissionais da escola precisam entender que todos os estudantes com diferentes características, capacidades, necessidades e interesses, podem aprender, crescer e conviver juntos, recebendo atenção e cuidado em seu desenvolvimento, criando-se um apropriado sentido de igualdade de oportunidades, com o objetivo de alcançar o sucesso escolar. O educador, já deve organizar sua sala de aula, planejar e pensar as atividades dos seus estudantes levando em consideração as necessidades especiais de cada um deles, o projeto pedagógico da escola direciona as ações do docente, que deve assumir o compromisso com a diversidade e com a equalização de oportunidades, privilegiando a colaboração e a cooperação.

Na sala de aula inclusiva, considera-se que os conteúdos escolares são considerados objetos da aprendizagem, aos estudantes cabe atribuir significados e construir conhecimentos e o docente assume a função de mediar esse processo. O papel do educador é intervir nas atividades que o estudante ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando o estudante a se sentir capaz de realizá-las. É com essa dinâmica que o docente seleciona procedimentos de ensino e de apoio para compartilhar, confrontar e resolver conflitos cognitivos.

Já os procedimentos de ensino devem privilegiar a construção coletiva e organizados com base nas necessidades dos estudantes, leva-se em conta os diferentes estilos, ritmos e interesses de aprendizagem de cada um. Ou seja, todos os estudantes são diferentes e suas necessidades educacionais poderão requerer apoio e recursos diferenciados e o educador bem como a equipe pedagógica, precisa atentar-se para isso.

### **Proposta metodológica para estudantes especiais dos Anos Finais do Ensino Fundamental**

Se apreciarmos as mudanças que acontecem no mundo, fica cada vez mais evidente a necessidade do conhecimento e do acesso ao conhecimento científico. As crianças, os adolescentes e os jovens formam-se na comunidade, trazem os conceitos espontâneos, informais, que adquirem na convivência social e com a mediação do docente, transformam ao

nível de conhecimentos científicos, sistemáticos e formais, adquiridos pelo ensino. A escola é a instituição que tem por finalidade oferecer oportunidades educacionais que garantam a educação básica de qualidade para todos.

Para que os educandos se tornem autônomos, livres, responsáveis e emancipados, eles precisam se apropriar do conhecimento científico e incorporar a cultura da comunidade onde vivem, e, ao mesmo tempo, desenvolver condições pessoais e subjetivas para intervir no mundo, na construção da história e na melhoria das condições de vida. Nessa visão, trabalhamos o conhecimento como processo e construção de forma a ampliar o saber dos educandos sobre uma determinada realidade. O importante é que o estudante compreenda o contexto, atue sobre ele para participar ativamente da vida social. Para ser sujeito e autor de sua história, é indispensável que o estudante se aproprie do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade e desenvolva as condições para produzir novos saberes. O novo saber ou conhecimento é o que cada um constrói como produto do processamento, da interpretação e da compreensão da informação.

## **8 CONCEPÇÕES**

### **8.1 Concepção de ensino-aprendizagem**

Compreendemos que a aprendizagem é uma atividade contínua, que se estende ao longo da vida e o desafio é converter informação em conhecimento. É cada vez mais necessário aprender a conviver com a diversidade de perspectivas onde é difícil prever quais conhecimentos os cidadãos precisarão dominar daqui a alguns anos para poder enfrentar as demandas sociais que lhe são colocadas. Dessa forma, a responsabilidade do docente aumenta, assim como a dos estudantes. Ambos são coautores do processo ensino aprendizagem. Para encarar essa nova cultura da aprendizagem onde a experiência acumulada ao longo da história é sistematizada, internalizada pelo educando e gerando novos conhecimentos é preciso mudança nas formas de ensinar, mudança de mentalidade, mudança de concepções.

Para Vygotsky (1995) a aprendizagem é um processo histórico, fruto de uma relação mediada e possibilita um processo interno, ativo e interpessoal. “O conhecimento é, portanto, fruto de uma relação mediada entre sujeito que aprende e sujeito que ensina e o objeto de conhecimento. Os processos de produção do conhecimento permitem, ao estudante, sair do papel de passividade e fazer parte dessa relação, através do desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores, entre elas a linguagem. Esta defesa de dimensão política da educação, da indissociabilidade entre o ensino e a aprendizagem, entre o fazer e o pensar, do movimento dialético de apropriação do conhecimento que possibilite compreender o real em suas

contradições, são algumas das muitas defesas da abordagem histórico cultural.

Aprender e ensinar são processos inseparáveis. Isto acontece porque o ato de ensinar “é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 1995). Este processo se efetiva quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários à sua formação e a sua humanização. Nada mais democrático que ensinar com o compromisso que haja a aprendizagem por parte de todos os estudantes. Contudo, a forma, o tempo e o entorno pelo qual se aprende, por parte dos sujeitos, são diferentes, isso deve ser considerado. Não se trata de negligenciar o que deve ser ensinado em nome das dificuldades do sujeito, deve-se sim, modificar as formas de mediação para que ele de fato aprenda. O capítulo V da Lei 9394/96 que trata da educação especial, dentre outras determinações, diz que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial; § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos estudantes, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular; § 3º A oferta de educação especial. [...] Tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica; III - docentes com especialização adequada em nível médio ou superior (Brasil, 1996).

Uma das formas de proporcionar este acesso, bem como a garantia de atendimento especializado tanto no contexto comum quanto em espaços próprios, pode ser visto também nesta Lei, quando abre a possibilidade para que a escola e os sistemas de ensino elaborem e implementem suas propostas pedagógicas, planos de trabalho e/ou projetos políticos pedagógicos:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos estudantes, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III - zelar pela aprendizagem dos estudantes; IV - estabelecer estratégias de recuperação para os estudantes de menor rendimento; Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

Com base na BNCC, educar deixa de ser o ato de simplesmente transmitir informação e passa a ser o de atender igualmente aos sujeitos, seja qual for sua condição econômica, seu pertencimento étnico e cultural e às possíveis necessidades especiais para a aprendizagem para que o estudante possa interagir com uma variedade de situações e problemas, auxiliando-os na interpretação dos mesmos a fim de que consigam construir novos conhecimentos. A escola oferta a todos os estudantes momentos de atividades culturais, recreativas, pesquisas dentro de todas as disciplinas integrando com o conteúdo. Oportuniza também momentos não só de acesso ao conhecimento, como por exemplo, através de estudos, leituras, pesquisas, incentiva e apoia formação de grupos de ajuda entre estudantes (monitoria).

Também, oferece oportunidades de participação dentro e fora da escola de atividades voltadas ao meio ambiente, sexualidade, ou seja, Temas Transversais, gincana, campeonato com almoço de confraternização com as equipes vencedoras, passeio recreativo com os estudantes que venderam mais rifas, (aos demais é ofertado momentos de recreação e confraternização dentro do próprio espaço escolar, incentivando e garantido aos mesmos que são competentes, e que no próximo ano, possam estar participando das demais atividades, desde que juntamente com seus docentes aproveitem melhor o tempo de aprendizagem resultando em mais empenho e dedicação), dia do estudante, seminário com os representantes das classes, mostra cultural, jogos interturmas, participação na OBA (Olimpíada Brasileira de Astronomia), OBMEP (Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas). Enfim, necessariamente uma Sala de Apoio - AEE, Sala de Recursos e projetos elaborados pela comunidade escolar e aprovados pela SEMEC, juntamente com Equipe Multidisciplinar, com a finalidade de atender as utilidades da Instituição.

## **8.2 De Mundo**

O mundo é o local onde ocorrem as interações indivíduo-indivíduo e indivíduo-meio social caracterizadas pelas diversas culturas e pelo conhecimento. Devido a rapidez dos meios de comunicação e tecnológicos, pela globalização torna-se necessário proporcionar igualmente a um ser humano consciente que alcance os objetivos materiais, políticos, culturais e espirituais para que sejam superadas as injustiças sociais, diferenças, distinções e divisões na tentativa de se formar o ser humano. Isto será possível se a escola for um espaço que contribua para a efetiva mudança social.

## **8.3 De Sociedade**

Pertencente a uma sociedade capitalista, competitiva baseada nas ações e resultados,

faz-se necessário construir uma sociedade libertadora, crítica, reflexiva, igualitária, democrática e integradora, fruto das relações entre as pessoas, caracterizadas pela interação de diversas culturas em que cada cidadão/ã constrói a sua existência individual e coletivamente.

#### **8.4 De Ser humano**

O ser humano, na atualidade, é competitivo e individualista, resultado das relações impostas pelo modelo de sociedade em vigor. No entanto, a luta deve ser por um homem social, voltado para o seu bem próprio, mas, acima de tudo, para o bem estar do grupo do qual faz parte. O homem, que modifica a si mesmo pela apropriação dos conhecimentos, modifica também a sociedade por meio do movimento dialético “do social para o individual para o social”. Destarte, torna-se sujeito da história.

#### **8.5 De Educação**

O processo educacional deve contemplar um tipo de ensino e aprendizagem que ultrapasse a mera reprodução de saberes “cristalizados” e desemboque em um processo de produção e de apropriação de conhecimento e transformá-lo, possibilitando, assim, que o cidadão se torne crítico e que exerça a sua cidadania, refletindo sobre as questões sociais e buscando alternativas de superação da realidade.

#### **8.6 De currículo**

A concepção curricular refere-se ao processo de conceber um currículo escolar que reflita os valores, contextos, abordagens pedagógicas e necessidades da escola. No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um instrumento fundamental para padronizar as etapas da educação básica, garantindo equidade na qualidade do ensino. Ela é constituída por uma lista de habilidades e competências consideradas importantes para o desenvolvimento dos estudantes. Com base no instrumento mencionado acima (BNCC), o município de Cícero Dantas construiu coletivamente o seu primeiro documento referenciado em 2019, em consonância com a legislação vigente, onde contou-se com grandes protagonistas decorrente das redes de ensino, apoio pedagógico, docentes.

Visualizou-se a partir de então, um novo cenário educacional, pois em especial, o conteúdo deste Referencial abriu caminhos e servi como bússola para que os profissionais da educação com competência, compromisso e criatividade de fato levem o estudante ao desenvolvimento de competências e habilidades. Neste currículo possibilita aos docentes e comunidade escolar que os tornem criativos, analítico-críticos, participativos, abertos ao novo,

colaborativos, resilientes, produtivo, que saibam comunicar-se, lidar com as informações cada vez mais disponíveis, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, serem proativos, buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades.

As teorias curriculares versam sobre a função e as perspectivas do currículo no contexto educacional. Elas dividem-se em tradicionais, críticas e pós-críticas, e são importantes formas de compreensão do currículo. Em nosso currículo adotou-se uma linha crítica social dos conteúdos e sociointeracionista. O currículo escolar é importante para normatizar as práticas educacionais, orientar o trabalho dos educadores e garantir aos estudantes os conhecimentos essenciais para uma formação de qualidade. Além disso, é um aliado na diminuição das desigualdades, pois aborda aspectos sociais e culturais essenciais para a formação.

Portanto, o currículo é um local onde se produzem e se criam significados sociais, os quais estão ligados a relações sociais de poder e desigualdade. Essa concepção de currículo envolve uma compreensão de dominação ideológica de uma cultura sobre outra. Nessa perspectiva, o currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola e viabiliza a sua operacionalização, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo por Área do Conhecimento e Componente Curricular.

### **8.6.1 Estrutura curricular**

Além da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada, serão incluídos, permeando todo o currículo, Temas Transversais relativos à saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, direitos das crianças e adolescentes, direitos dos idosos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação para o consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, dependência química, higiene bucal e educação alimentar e nutricional. Na implementação do currículo, os Temas Transversais devem ser desenvolvidos de forma interdisciplinar, assegurando, assim, a articulação com a Base Nacional Comum<sup>1</sup> e a Parte Diversificada.

## **9. DIRETRIZ AVALIATIVA PARA A REDE DE ENSINO MUNICIPAL EM CÍCERO DANTAS**

---

<sup>1</sup> Para detalhamento da proposta curricular, consultar a Base Nacional Comum Curricular. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>

O processo avaliativo é inerente à prática docente, ao processo de ensino-aprendizagem em todos os segmentos e modalidades, pois permite compreender quais habilidades os estudantes já adquiriram e quais ainda estão em andamento. Por sua vez, o ato avaliativo serve, além de outras coisas, como parâmetro para os docentes realizarem seus planejamentos e buscarem estratégias para sua prática.

Sendo assim concebemos avaliar um ato educativo global, dentro do processo de ensino e aprendizagem. O ato de avaliação deve levar professor e equipe pedagógica a rever práticas desenvolvidas e instrumentos avaliativos usados, sendo, portanto, uma ação de reflexão no processo de ensino e aprendizagem. A discussão que será empreendida a seguir terá como base aspectos da Educação Básica, inicialmente, por meio da Educação Infantil. Em seguida, a discussão será marcada pelas nuances do Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais). Logo após, trata-se sobre a Educação Especial e, para finalizar, discute-se sobre o Conselho de Classe.

## **9.1 Educação Infantil**

Primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil desempenha um papel fundamental na primeira infância, pois todos os elementos que a constituem devem ser pensados e construídos para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças. A observação inicial desse período deve ser focada numa dimensão mais subjetiva, que envolve, sobretudo, dois dos seis direitos previstos na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018): o direito de conviver e o direito de conhecerem-se, os outros direitos que perpassam por: brincar, participar, explorar e expressar. Segundo o documento, os:

[...] seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (Brasil, 2018, p. 37).

Em consonância, para essa avaliação, muitas são as estratégias possíveis, por exemplo: dentro das brincadeiras propostas, o professor poderá observar como cada criança reage às interações e limitações, seja com outra criança, seja com o adulto. A contação de histórias, por sua vez, propicia que as crianças também se inspirem a relatar a própria experiência, ao interagirem com as personagens e se expressarem a partir dos seus contextos. Essa comunicação, a depender da idade, também poderá ocorrer de maneira não verbal, ou indireta, por meio da produção de desenhos e jogos simbólicos. Assim, todas as observações que o

educador conseguir recolher a partir das experiências vivenciadas pelas crianças servirá de subsídio para continuar o planejamento de estratégias pedagógicas e, conseqüentemente, ajudará as crianças no processo de readaptação.

A estratégia da observação deve utilizar os múltiplos registros das experiências das crianças, através de material fotográfico, anotações, registros de manifestações de aprendizagens, entre outros, em espaços e momentos diversificados, por meio de uma escuta sensível, considerando as interações e brincadeiras como eixos norteadores do processo de aprendizagem, organizados em “Campos de Experiência”. Depreende assim, que por sua singularidade, a avaliação na Educação Infantil não deve ser caracterizada como ato formal de provas ou testes, comprovação, atribuição de notas e atitudes que sinalizem quaisquer punições e/ou comparações da criança com outras crianças. A avaliação deve seguir uma concepção contínua, sistemática, investigativa, cuidadosa e amorosa, devendo, por parte do/a professor/a, serem registradas as informações necessárias que apresentem a trajetória da criança e os elementos que garantirão o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem, assim como o respeito às suas diversidades/especificidades.

Dentre os instrumentos avaliativos para Educação Infantil destacamos:

- Construção de portfólios por turmas;
- Rodas de conversas com as crianças sobre o processo de adaptabilidade (sentimentos e reações emocionais);
- Atividades lúdicas que tratem dos protocolos de biossegurança;
- Atividades de sondagem;
- Diário escolar/ fichas de registros e acompanhamento encaminhadas pela Secretaria Municipal de Educação;
- Construções de fichas complementares de observação pós isolamento social.

Nesse sentido, a avaliação na Educação Infantil no município de Cícero Dantas atenta-se a observação, registro e evolução da criança; é um processo contínuo, sem uso de nota, onde é possível o professor analisar a sua prática pedagógica. Para Zabala é uma “avaliação reguladora”, em que:

Permite reservar o tempo formativo para uma determinada concepção da avaliação formal, entendida como aquela que tem o propósito e a melhora contínua do aluno que se avalia; que entende a finalidade da avaliação é ser um instrumento educativo que informa e faz uma valoração do processo seguido pelo aluno com o objetivo de oportunizar, em todo momento, propostas educacionais mais adequadas (1988, p.200).

Na Educação Infantil, especialmente, esse processo avaliativo se dá com o acompanhamento diário, o registro em portfólio, mediante relatórios. Assim ações como mudanças, conquistas diárias, acontecimentos ficam documentadas para análise da evolução da criança, bem como a crítica pedagógica às práticas aplicadas.

## **9.2 Ensino Fundamental**

Avaliar é acompanhar o processo de apropriação dos conhecimentos e não uma mera constatação da aprendizagem. Dessa forma, pensar em avaliação é pensar e estar atento em como cada estudante está elaborando e compreendendo o seu processo de aprendizagem. Assim, compreendemos que a avaliação deve permear todas as atividades pedagógicas principalmente na relação professor com estudante e no tratamento dos conhecimentos trabalhados nas turmas.

### **9.2.1 Considerações para as turmas do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental**

A BNCC, na condição de documento normativo, estabelece que as crianças precisam ser alfabetizadas até o 2º ano do Ensino Fundamental, isso significa dizer que as crianças deverão ser capazes de ler e escrever. Além disso, deverão aprender conteúdos de estatística e probabilidade. Dessa forma é preciso atentar-se para os processos didáticos pedagógicos realizados bem como os instrumentos avaliativos que ajudarão estabelecer os objetivos conceituais, procedimentais e atitudinais a serem alcançados.

Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua (Brasil, 2018, p. 89-90).

O processo de alfabetização estabelecido pela BNCC deve ocorrer até o 2º ano do Ensino Fundamental. No entanto, a base para essa construção é delineada desde o momento em que as crianças constroem suas primeiras relações sociais, tais como: no espaço familiar ou entre amigos. Assim, alfabetizar ultrapassa o processo decodificação das letras e, por sua vez, engloba a construção de um fazer real que subsidiará toda formação escolar que o estudante irá

construir ao longo da Educação básica.

Embasado nesta discussão é que se pode pensar em instrumentos avaliativos para serem utilizados na nossa rede municipal. A avaliação diagnóstica, por exemplo, é individual e pode ser realizada com crianças do primeiro e segundo ano, em fase de alfabetização. Nesse período, o processo de leitura e escrita e matemática devem ser considerados prioritários. A avaliação diagnóstica também deve se dá por meio da observação do desenvolvimento em relação às habilidades de aprendizagem que se procurou desenvolver com as atividades pedagógicas. Assim, deverá prever um processo de adaptação e revisão do currículo de alfabetização.

As crianças em processo de alfabetização devem receber uma atenção especial, com o objetivo de evitar déficits futuros de aprendizado, de maneira a garantir seu desenvolvimento integral. Considerada uma das fases mais delicadas e importantes da vida escolar, a alfabetização depende de um trabalho contínuo, análise e formação específica para os professores, com cursos de nível superior e formação continuada. Além do mais, os resultados da avaliação diagnóstica servirão de base para continuidade da aprendizagem e para o avanço dela e primam por: identificar quais competências e habilidades foi desenvolvido pelos estudantes durante o período de isolamento; como os alunos lidaram com as atividades não presenciais; quais as dificuldades encontradas, sendo prioridade a avaliação da leitura, escrita, raciocínio lógico matemático, comunicação e solução de problemas.

Algumas atividades que ajudarão no processo de avaliação:

- Explorar rótulos de embalagens;
- Criar atividades com alfabeto móvel;
- Construir bingo de letras ou palavras;
- Criar caça palavras;
- Construir bilhetes ou cartas;
- Construir receitas culinárias com as crianças;
- Criar diferentes estratégias de escrita com as crianças;
- Fazer convites de aniversário com as crianças;
- Fazer listas;
- Explorar jogos com palavras e letras;
- Explorar a leitura compartilhada ou apontada de pequenos textos, refrão de música, parlendas entre outros textos;
- Ler para as crianças;
- Formar rodas de leitura de histórias;
- Explorar jogos de rimas;

- Trabalhar reconto e reescrita das histórias;
- Reorganizar textos fatiados.

As atividades listadas ajudarão o professor a avaliar o processo de alfabetização da turma, seu nível e quais as dificuldades presentes. Essa avaliação deve ser efetuada em fichas individuais para que o professor possa considerar os resultados em seu planejamento de aula. É importante ressaltar que, no processo de alfabetização, as crianças precisam receber informações sobre leitura e escrita, bem como outras práticas de linguagem estabelecidas pela BNCC: oralidade e análise linguística. Além disso, é necessário um trabalho que envolva a dupla rota de leitura (fonológica e lexical), no alcance da formação do leitor proficiente.

### 9.2.2 Considerações para o 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental

A rede municipal de ensino de Cícero Dantas atravessou mudanças significativas e reestruturações nos últimos anos. Entre esses processos está o olhar para as avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e que o município tem conseguido avançar

No intermédio das mudanças, os processos avaliativos de ensino e aprendizagem sofreram lacunas, sendo necessário um trabalho que visasse a resolução da problemática. Nesse sentido, deve-se refletir sobre as novas configurações e dinâmicas nos processos e nas relações entre ensino e aprendizado, isso requer uma ação bastante criteriosa, a fim de auxiliar o estudante em sua aprendizagem. Em relação ao papel do professor na avaliação da aprendizagem, Weisz e Sanches (2006, p. 95) ressaltam: “avaliar a aprendizagem do aluno é também avaliar a intervenção do professor, já que o ensino deve ser planejado e replanejado em função das aprendizagens conquistadas ou não”.

É importante ressaltar o que diz a BNCC, quando discute sobre currículos e apresenta uma referência sobre avaliação formativa: “construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos” (Brasil, 2018, p. 17).

O processo avaliativo deve acontecer de forma diagnóstica, contínua e cumulativa. Observe o quadro 1:

**Quadro 1: Distribuição dos valores avaliativos**

<b>TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES AVALIATIVOS</b>	
Aspectos gerais de todo o processo da unidade – qualitativa	4,0 pontos
I avaliação da unidade (atividade diversas) – qualitativa	3,0 pontos
II avaliação da unidade (prova escrita) - quantitativa.	3,0 pontos

Fonte: SEMEC

É imprescindível que neste cenário o educador e todos aqueles que fazem parte do contexto escolar, entendam e reflitam o ato de avaliar como uma ferramenta para contribuir com o aperfeiçoamento da ação docente, instrumento esse que fornece ao professor dados para adequar seus procedimentos de ensino às necessidades da classe. Para Luckesi (2002, p.81) a avaliação:

[...] deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. Se é importante aprender aquilo que se ensina na escola, a função da avaliação será possibilitar ao educador condições de compreensão do estágio em que o aluno se encontra, tendo em vista poder trabalhar com ele para que saia do estágio defasado em que se encontra e possa avançar em termos dos conhecimentos [...].

Corroborar com essa ideia Perrenoud (1993, p.173) ao definir a avaliação como um instrumento que: “[...] ajuda o aluno aprender e o professor a ensinar”. O autor continua ao pontuar: “[...] ideia base é bastante simples: a aprendizagem nunca é linear, procedem por ensaios, por tentativas e erros, hipóteses, recuos e avanços: um indivíduo aprenderá melhor se o seu meio envolvente for capaz de lhe dar respostas e regulações sobre diversas formas [...]” (Perrenoud, 1993, p.173).

A tabela apresentada anteriormente expõe a distribuição dos valores no processo avaliativo sobrepondo a parte qualitativa à quantitativa, como assim pontua a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e as reflexões teóricas aqui abordadas. De acordo com a tabela, o estudante no seu cotidiano, através da participação nas aulas, na organização de suas atividades e materiais didáticos, no respeito à dinâmica da aula, com o desenvolvimento da criatividade e espírito colaborativo é pontuado em até quatro pontos. Já as atividades orais como seminários, rodas de debates, jogos didáticos envolvendo conteúdos trabalhados, entre outras tarefas que envolvem exposições orais, pontua-se também com até três pontos, esta se configura como a avaliação 2ª da unidade.

É importante frisar que nesta avaliação, caso o professor perceba que não conseguiu aferir algum conteúdo com instrumento (oral), o mesmo poderá realizar uma (01) atividade no valor de 1,0 ponto referente a atividade oral para complementar essa nota. Por último é realizada a 3ª avaliação (escrita) da unidade com peso de 3.0 pontos, lembrando que esta pode ser substituída por projetos culturais de grande porte realizado pela escola em respectivas unidades. É importante lembrar que esta última avaliação, bem como as atividades escritas realizadas na classe, deve seguir os padrões das avaliações externas e de acordo com as habilidades almejadas

para aquela unidade e ano ou turma, assim a turma já é preparada automaticamente para o momento das avaliações externas.

Conclui-se que avaliar é um ato educativo global, dentro do processo de ensino e aprendizagem, que devem levar professor e equipe pedagógica a rever práticas desenvolvidas e instrumentos avaliativos usados, logo, o estudante no seu cotidiano, na participação nas aulas, na organização de suas atividades e materiais didáticos, no respeito à dinâmica da aula, a criatividade e espírito colaborativo é pontuado em quatro pontos.

### 9.2.3 Considerações para Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A avaliação da aprendizagem da EJA deve permear a concepção humana da aprendizagem levando em consideração os saberes oriundos dos diversos espaços de aprendizagem que não se limitam apenas à escola. Nesta perspectiva deve contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem dos sujeitos, com vistas às mudanças necessárias para que esta aprendizagem se concretize e a escola se faça mais próxima da comunidade, da sociedade como um todo, no espaço em que os educandos estão inseridos. Desse modo, a avaliação deve ser contínua e diagnóstica, inserida no trabalho pedagógico realizado no dia a dia da sala de aula e da unidade escolar de modo que prevaleçam os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

**Quadro 1: Distribuição dos valores avaliativos para a EJA**

TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES AVALIATIVOS PARA A EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			Total
ASPECTOS GERAIS PROCEDIMENTAIS E ATITUDINAIS	Avaliação I	Avaliação II	
Aprecia leitura de imagens relacionadas ao cotidiano do educando;	0,5	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prova escrita (2 pontos)</li> <li>• Atividades Culturais Eventuais (2 pontos)</li> </ul> <p style="text-align: center;">Total <b>4,0</b></p>	Soma total <b>10</b>
Participa de roda de conversas e atividades grupais;	0,5		
Compreende a historicidade local, regional e nacional;	0,5		
Explora situações de aprendizagem matemática conforme o cotidiano do aluno;	0,5		
Participa de oficinas com temas geradores sugeridos pelo próprio estudante, considerando o conhecimento prévio da turma;	0,5		
Reconhece os possíveis efeitos de uma palavra, imagem ou expressão em textos escritos na língua materna ou estrangeira	0,5		
Demonstra interesse pelas atividades propostas, assiduidade, pontualidade e compromisso ;	0,5		
Participa de seminários, rodas de conversa e atividades culturais,	0,5		
Respeita o professor (a) e atenta-se para as solicitações;	0,5		
Compreende a intenção de vídeos e imagens compartilhados pelo professor e os relaciona com as atividades propostas;	0,5		

Demonstra conhecimentos prévios e consegue relacioná-los com os temas abordados;	0,5		
Tem aptidões orais frente a conteúdos trabalhados e consegue se expressar bem.	0,5		
<b>Total</b>	<b>6,0</b>		

Fonte: SEMEC

### 9.2.4 Educação Especial

A aprendizagem, processo pedagógico, conteúdos, percepção e outras palavras que estejam relacionadas à fruição do conteúdo por crianças, se darão de diferentes formas. Cada estudante absorve o conhecimento de uma determinada maneira. Segue abaixo alguns pontos a serem considerados na avaliação de estudantes que apresentam algum tipo de comprometimento:

#### **Flexibilização Curricular**

- É importante entender que depois desses dois anos sem aulas presenciais, em virtude do período pandêmico da COVID 19 (2020 -2021) é preciso muitas vezes no processo de recomposição da aprendizagem, fazer a flexibilização curricular a depender do nível da turma e das dificuldades apresentadas. Dessa forma, caberá à equipe gestora (diretor e apoio pedagógico) e aos docentes elaborarem adequações junto ao currículo, com um direcionamento para às necessidades da turma, bem como, a seleção dos melhores métodos, estratégias para o avanço.
  - No que se refere às adequações de mobiliário, de ambiente, recursos educativos e equipe de apoio, caberá ao gestor da escola fazer as devidas modificações e/ou ajustes, contemplando no Projeto Político Pedagógico (PPP), como este trabalho será desenvolvido, monitorado e mensurado.
  - Na flexibilização de currículo para os alunos que apresentam deficiência, não se trata de tirar conteúdo a serem trabalhados ou de reduzi-los pura e simplesmente, mas, de adequá-los, com pequenos ajustes, por meio de estratégias de ensino e procedimentos diferenciados, bem como instrumentos avaliativos diversificados.

Neste município tem-se como meta um trabalho de excelência com inclusão. O Centro Carmelita Joana localizado na sede, dispõe de uma estrutura humana e física que engloba, fisioterapeutas, psicopedagogos, psicólogos, neurocirurgião, pedagogos, que dão aos alunos um

suporte multidisciplinar, logo a avaliação é mais complexa e completa. Nas demais escolas da rede, mediante relatórios efetuados pelos docentes (que são pedagogos) e também dos psicólogos, é possível uma avaliação capaz de manter o aluno inserido no ambiente escolar, ainda que isso ainda se constitua um desafio, porque carece de constante formação contínua, atenção especializada, participação familiar. Aspectos que se busca atender, dentro das possibilidades do contexto de cada escola. Cumpre observar que também dispomos de tutor, que auxilia o professor no processo de proximidade com o aluno.

A reprovação é concebida como retrocesso, em qualquer estágio de formação. Para tanto, o trabalho da equipe docente e coordenação tem sido em desenvolver o máximo as múltiplas potencialidades, competências e habilidades de cada criança que entra na escola.

### 9.3 Conselho de Classe

O Conselho de classe é um importante passo durante o ano letivo, pois possibilita ao professor e estudante olhar para os problemas não solucionados no processo de ensino aprendizagem, delineados até então. De acordo com Dalben:

O conselho de classe, como instância na organização do trabalho escolar, tem uma razão de ser analisada à luz de suas origens. Tem-se como pressuposto que houve um processo histórico do qual resultou o tipo de relação atual, com base no qual os elementos dessa organização têm-se articulado. Portanto, o repensar a organização do trabalho escolar é condição principal para a análise dos problemas vivenciados no interior da escola, que coletivamente se buscará alternativas para que conduzam ao sucesso do aluno no ensino aprendizagem [...] (Dalben, 2004, p.21).

Para Sant'Ana (1995, p. 87-88), "*O Conselho de Classe é a atividade que reúne um grupo de professores da mesma série, visando em conjunto chegar a um conhecimento mais sistemático da turma, bem como acompanhar e avaliar o aluno individualmente, através de reuniões periódicas*". Assim, deve-se primar pela seriedade ao realizar o Conselho de Classe, pois faz parte do processo avaliativo da turma.

#### 9.3.1 Considerações para o Conselho de Classe, turmas de 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental regular

O Conselho de classe é um espaço de reflexão, de diálogo que trará propostas de intervenção no trabalho pedagógico da unidade escolar. Suas reflexões não se limitam ao desempenho ou comportamento dos estudantes nas aulas, mas devem considerar a essência do trabalho desenvolvido e, sobretudo os aspectos filosóficos do PPP da escola e do currículo

escolar sobre o prisma da equidade, da diversidade e das diferentes habilidades que o estudante adquiriu no processo de ensino. Além do mais deve ser organizado e efetuado com a participação de todos os envolvidos no processo (gestores, apoio pedagógico e docente).

Assim, o Conselho de classe precisa refletir sobre os processos vivenciados pelos estudantes em relação à escolarização e à sua avaliação. As reuniões do Conselho de Classe deverão ser momentos de análise e reflexão das conquistas e fragilidades, mas, sobretudo, de definição de medidas com vistas à superação das fragilidades.

### **O Conselho de Classe deve promover:**

- Compreensão das diferentes situações de acesso dos estudantes às atividades propostas;
- O entendimento sobre o acompanhamento e o engajamento dos familiares e/ou responsáveis na realização das atividades propostas;
- Diagnóstico do desempenho dos estudantes nas competências e habilidades trabalhadas em cada componente curricular;
- Identificação das possíveis causas do desempenho insatisfatório dos estudantes e definição de estratégias e ações para solucioná-las (registro na ficha do conselho);
- Valorização das competências e habilidades mais desenvolvidas pelos estudantes e proposição de atividades de intervenção pedagógica para promoção das competências e habilidades menos desenvolvidas;
- Planejamento das ações e definição de estratégias que serão efetivadas para os estudantes que não realizaram as atividades propostas, não estão interagindo nas aulas, atividade de mobilização para os estudantes e a oferta de atividades diferenciadas dentro das fragilidades apresentadas.

### **Conselho de Classe:**

- Deve ocorrer a cada término de unidade;
- O agendamento deve ocorrer dentro do prazo estipulado pela Secretaria de Educação e cada turma deve fazer seu Conselho em horários diferentes;
- A realização do Conselho de Classe sempre precisa ser registrada em ata;

- O Conselho de Classe se configura como instrumento qualitativo que deve ser convertido em quantitativo e transferido para a caderneta em valores numéricos.
- O professor deve apresentar os embasamentos para não aprovar o aluno no Conselho de Classe;
- Todas as reflexões acima mencionadas devem ser consideradas.

#### **Pós-Conselho:**

- Ao docente cabe cumprir todas as ações planejadas para a realização do Conselho, atento a todas as orientações;
- Ao gestor cabe ajudar na mobilização da turma e dos pais para cumprir as atividades propostas pelo docente;
- Ao apoio pedagógico cabe acompanhar o trabalho do professor oferecendo suporte e sugestões para fortalecer o trabalho pedagógico de acordo com a presente proposta e com as sinalizações pontuadas na ficha para a turma.

### **9.3.2 Recuperações finais**

As recuperações finais devem ocorrer ao final das atividades letivas, se configura como uma atividade extensora que complementa o Conselho Classe e atende ao que é previsto no artigo 24, inciso V, da Lei de Diretrizes e Bases - 9394/96, isto é, a “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos” (Brasil, 2023, p. 21).

Dessa forma, essa etapa avaliativa precisa ser cumprida atenciosamente:

- O estudante tem direito a fazer a recuperação final de todas as disciplinas que perdeu;
- Se ele não comparecer na data prevista para a prova final – a escola deve procurar o estudante, buscar entender as razões e agendar, novamente, uma nova avaliação.
- O estudante não comparecendo para o segundo agendamento da prova, não tendo razões que justifique, a escola precisa agendar um momento com seus responsáveis, registrar em ata e proceder a um novo agendamento;

- Para os estudantes que apresentam um quadro de internação, ou viajaram, a escola pode verificar se existe condições para esse aluno realizar a prova de forma *online*, através de questionário do *google forms*, por exemplo. Todas as tentativas e oportunidades devem ser dadas ao estudante antes de reprová-lo.

### 9.3.3 Considerações do Conselho de Classe Final

- O Conselho de Classe final deve ser registrado em ata padrão designada pelo Conselho Municipal de Educação (CME);
- Deve ser realizado na data determinada pela Secretaria Municipal de Educação;
- O estudante só tem direito a ir para Conselho final se perder em até 03 disciplinas da Base Comum (caso o estudante perda em disciplinas da parte diversificada, essa não impedirá de participar do Conselho).

## 10. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

A autorização para este Colégio Municipal prevê a oferta à comunidade dos segmentos: Educação Infantil, Ensino Fundamental completo (anos iniciais e finais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme legislação vigente. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, no art.29:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

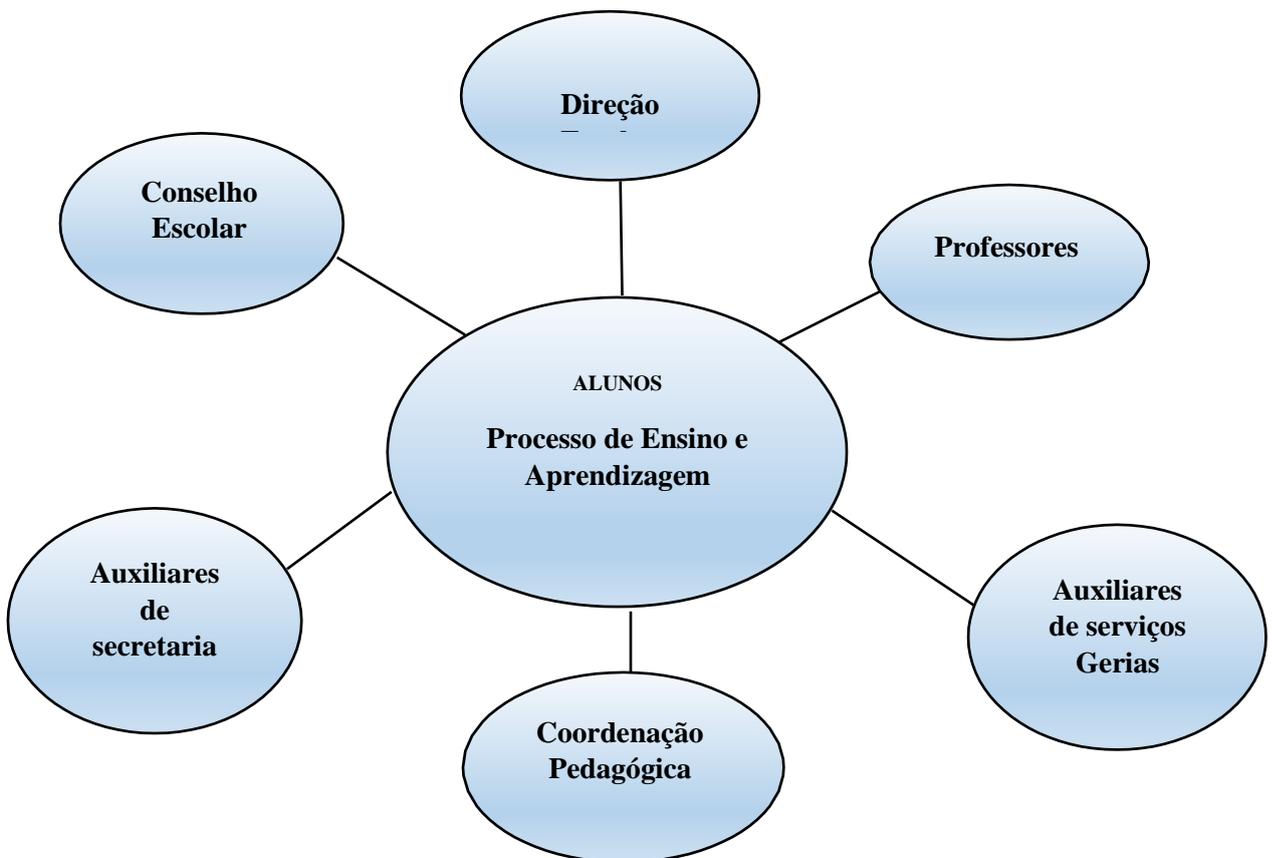
No art. 37, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9.394/96 define que “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, LDD 9. 394/96, 2017).

Nossa escola organiza-se da seguinte forma:

CURSO	Nº DE ALUNOS	TURNO	Total Geral  310
Educação Infantil	44	Matutino	
Ensino Fundamental 1º ao 5º ano	52	Matutino	
Ensino Fundamental	68	Vespertino	

6º ao 9º ano			
EJA	145	Noturno	
AEE	01	Vespertino	

### 10.1 Organização da Escolar e do Ensino



### 11. ESTRUTURA FÍSICA

O espaço físico escolar é muito importante para os alunos visto que eles passam parte de sua vida presente neste ambiente e não apenas para serem educados, mas também para aprenderem a se socializar com as demais pessoas ao seu redor. Segundo Piaget (apud KRAMER, 2000, p.29) "o desenvolvimento resulta de combinações entre que o organismo traz e as circunstâncias oferecidas pelo meio [...] e os esquemas de assimilação vão se modificando progressivamente, considerando estágios de

desenvolvimento", portanto, pode-se dizer que a aprendizagem tem certa relação com o espaço físico em que se desenvolve uma atividade de ensino. O espaço físico e estrutural de uma escola deve ser organizado de modo que atenda às necessidades sociais, cognitivas e motoras do aluno.

Atualmente, a estrutura física do Colégio José Cândido da Silva dispõe de 01 sala de diretoria, 01 sala de secretaria, 01 sala de coordenação, 01 sala de professores, sendo todas bem estruturadas. Também há 01 almoxarifado, 01 sala para arquivo, 01 pátio amplo e coberto onde se realiza alguns eventos. O pátio conta com um palco de cimento no meio, 03 bebedouros com purificador de água, 06 salas, cozinha - que conta com área de serviço; sala de merenda, sala de produtos de limpeza, 02 banheiros para os funcionários e mais 02 banheiros.

Os ambientes das salas devem estar tematizados de acordo com a faixa etária de alunos que são atendidos, com as referências necessárias ao processo de alfabetização e letramento: o exemplo do cantinho da leitura e da matemática, contendo os instrumentos que são imprescindíveis neste processo:

- Alfabeto (letras bastão e cursiva);
- Tabela numérica;
- Relógio;
- Formas Geométricas;
- Calendário;
- Combinados de Classe (construído com as crianças e o educador(a));
- Livros literários (gêneros variados);
- Painel de Aniversariante do mês;
- Painel de previsões de tempo;
- Painel de rotina;
- Smart TVs;
- Caixas de som amplificadas para o desenvolvimento de danças e músicas;
- Jogos pedagógicos;
- Entre outros materiais de caráter pedagógico.

É imprescindível que esses materiais sejam colocados ao alcance das crianças para cumprir verdadeiramente com seus objetivos pedagógicos, não é interessante materiais exibidos na sala que não cumpra de fato um objetivo pedagógico de conhecimento, que

tenha apenas uma função decorativa.

Dentre os espaços consta também 01 biblioteca que precisa ser organizada para atender aos alunos e professores.

Observa-se que de um modo geral que a estrutura física do Colégio José Cândido da Silva cumpre bem seu papel na aprendizagem, pois a estrutura física descrita proporciona aos alunos padrões de qualidade que lhes permitem atender suas necessidades sociais, cognitivas e motoras.

## **12. PROPOSTA CURRICULAR**

O currículo do Colégio Municipal José Cândido da Silva está em conformidade com o CME (Conselho Municipal de Educação), tendo como referência a Base Nacional Comum e o Referencial Curricular de cada seguimento, elaborados em rede municipal com a participação de todos. A distribuição do tempo pelos componentes está assim definida: 4 horas/aula Educação Infantil, 4h/a Anos Iniciais e 4 h/a EJA.

(Vide concepções descritas nos itens 8.6 e 8.6.1)

## **13. CONVIVÊNCIA NA ESCOLA**

As normas de convivência estão pautadas no convívio entre a comunidade escolar e o respeito da realidade individual e a diversidade de ideias de cada um. A escola valoriza o respeito, a responsabilidade e a solidariedade. Quando é necessário fazer alguma advertência ao aluno ou a algum profissional da educação procura-se, através do diálogo, conscientizá-los da importância de aceitar críticas para o crescimento pessoal, desta forma ter condições de desenvolver um bom relacionamento com o outro no convívio social.

No ambiente escolar as relações interpessoais devem ser harmoniosas entre professores, alunos e comunidade escolar havendo cooperação nas diversas atividades desenvolvidas pela escola, entretanto no que concerne a relação entre alunos, por vezes acontecem alguns infortúnios, mas professores e direção juntamente com a supervisão escolar procuram a melhor forma de amenizar e levar a paz em suas colocações.

A escola procura valorizar os pais e alunos respeitando-os, acatando sugestões, atendendo-os com cortesia sempre que ela é solicitada, incentivando o livre acesso dos pais e alunos ao ambiente escolar permitindo assim, a aproximação com toda a comunidade escolar.

## 14. IMPLEMENTAÇÕES

Será um processo colaborativo, permanente, baseado na reflexão sobre a prática diária. Seguiremos o cronograma de construção/ reformulação do Projeto Político Pedagógico, fornecido pela SEMEC com intuito de cumprir todas as etapas estabelecidas. O objetivo será sempre aprimorar as competências educacionais do corpo docente, em busca de uma educação de excelência. Os discentes, juntamente com a comunidade em geral, sempre que possível, serão convidados a participarem de maneira ativa nesse processo.

A equipe técnica ajudará na execução das propostas lançadas, promovendo o acompanhamento através de conversas com a equipe docente, ouvindo suas dificuldades e necessidades, para assim ofertar os mecanismos, que porventura estejam lhe faltando. Também serão feitas reuniões periódicas para discussão do andamento do projeto e possíveis complementações, utilizando-se das reuniões de Atividade Complementar (AC). Tudo isso é necessário, pois todo trabalho educativo é pautado em um planejamento e conseqüentemente “deve-se avaliar para mudar o que tem que ser mudado” (VASCONCELLOS, 2005, p.89).

Percebe-se que para avaliar é preciso planejar antes, pois um trabalho só tem resultados com qualidade quando é bem planejado de acordo com aquilo que se espera. Portanto, se faz necessário também a mudança de metodologia como diz Celso Vasconcellos: “não se pode conceber uma avaliação reflexiva, crítica, emancipatória, num processo de ensino passivo, repetitivo, alienante” (2005, p.68). Pensando nisso, o PPP será avaliado de forma contínua, para permitir o atendimento de situações imprevistas, correções de desvios e ajustes das atividades proposta. Isso ocorrerá ao término de cada unidade, levando em consideração o rendimento qualitativo e quantitativo dos alunos, bem como a frequência da reunião de pais e mestres, com professores, alunos e gestores.

Assim, no início de cada ano, antes de ser principiado o ano letivo, o PPP deverá ser reformulado, com a participação de toda comunidade escolar, apropriando-se de toda a sua pluralidade econômica, social, cultural e política, levando em consideração os seus limites, possibilidades e perspectivas.

## 15. AVALIAÇÃO DO PPP

O Projeto Político Pedagógico deve ser uma referência para o trabalho docente. Por isso, ele precisa ser incorporado pelos profissionais como prática pedagógica constante, isso torna necessária a avaliação sobre o mesmo com bastante frequência. Como o próprio nome

diz, trata-se de um projeto que se pretende construir. Reúne um conjunto de objetivos que a comunidade escolar deseja alcançar. Para tanto é necessário estabelecer estratégias para que seja possível construir esse projeto e alcançar seus objetivos. No decorrer do processo, é indispensável que a comunidade escolar avalie se as estratégias adotadas estão contribuindo e se os objetivos estão sendo alcançados.

Dessa forma, os profissionais do Colégio Municipal José Cândido da Silva devem avaliar, frequentemente, o processo de implantação do PPP (Projeto Político Pedagógico) nos espaços de discussão como colegiados de classe, planejamentos e replanejamentos e HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo). Além disso, anualmente, na jornada pedagógica ou nos primeiros dias letivos do ano, a comunidade escolar deve ser reunida em Assembleia Geral para discutir e deliberar acerca de atualizações e do processo de implementação do PPP (Projeto Político Pedagógico). Nesse caso, as atualizações não devem alterar a essência do Projeto Político Pedagógico, mas os dados dos discentes, organização de horários, ou seja, mudanças na estrutura organizacional da escola.

Fica estabelecido ainda, que após a conclusão de todas as atividades previstas no PPP (Projeto Político Pedagógico), a direção da instituição deve promover junto à comunidade escolar a cada quatro anos, debates e se necessário de revisão da redação de seu projeto, podendo num ciclo anual definir novas metas, discutir e se a comunidade escolar considerar necessário alterar questões centrais do mesmo, como concepção de avaliação e de escola.

## **PLANO DE AÇÃO**

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9394/96, 20 de dezembro de 1996, Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC. Brasília, DF, 2017.
- DALBEN, Angela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselho de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola**. Campinas, SP, Papyrus, 2004.
- DEPRESBITERIS, Lea; TAVARES, Marialva Rossi. **Diversificar é preciso... Instrumentos e Técnicas de avaliação da Aprendizagem**. São Paulo: Senac, 2009. 192 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (Org.). **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- PERRENOUD, Philippe. Não mexam na minha avaliação! Para uma aprendizagem sistêmica da mudança pedagógica. *In*: ESTRELA, A.; NÓVOA, A. **Avaliações em educação: novas perspectivas**. Porto, Pt: Porto Editora, 1993, p.173.
- PIAGET, Jean. **Para onde vai a Educação?** p. 61. 3º Edição. Rio de Janeiro, 1975.
- SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como Avaliar?** Critérios e instrumentos. 9. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 1995.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito de todos**. UFRJ, 1996.
- VASCONCELLOS, Celso Santos. **Avaliação: concepção dialética – libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 1995.
- VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**. Campinas: Papirus, 1995.

WEISZ, Telma; SANCHES, Ana. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2006.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: Como ensinar. Tradução: Emani F. do. F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1988.

## ANEXOS







